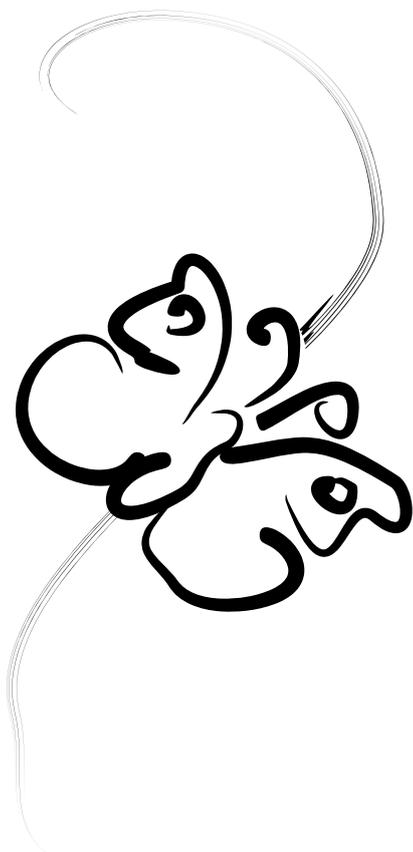


Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benario





Todas as vidas

Cora Coralina

(...) "Vive dentro de mim
a mulher do povo.
Bem proletária.
Bem linguaruda,
desabusada, sem preconceitos,
de casca-grossa,
de chinelinha,
e filharada.

Vive dentro de mim
a mulher roceira.
Enxerto da terra,
meio casmurra.
Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos.
Seus vinte netos.

Vive dentro de mim
a mulher da vida.
Minha irmãzinha...
Fingindo alegre seu triste fado.

Todas as vidas dentro de mim:
Na minha vida – a vida mera das obscuras.»

(Versos de Todas as vidas, poema de Cora Coralina)



Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benario



PUBLICAÇÃO

Esta cartilha é resultado de extenso trabalho coletivo e de um esforço nacional. Nasceu do desejo de contribuir para a formação das nossas militantes do Movimento de Mulheres Olga Benario. Publicação da Coordenação Nacional Movimento de Mulheres Olga Benario - Nº 02 / 2017.

Coordenação Editorial

Gabriela Gonçalves
Guita Kozmhinsky
Indira Xavier
Raphaella Mendes
Vivian Mendes

Elaboração de Texto

Claudiane Lopes
Eloá Santos
Gabriela Gonçalves
Guita Kozmhinsky
Indira Xavier
Raphaella Mendes
Vivian Mendes

Edição do Texto

Indira Xavier
Claudiane Lopes
Guita Kozmhinsky

Projeto Gráfico e Diagramação

Claudiane Lopes
Guita Kozmhinsky

Tiragem

Mil exemplares

Fotografia

Maxwell Vilela
Claudine Lopes

Brasil, dezembro, 2017.



Índice

1. A origem da opressão e da exploração da mulher	07
A exploração da mulher no capitalismo	
A luta para transformação da sociedade e conquista do socialismo!	
2. A mulher e o mundo do trabalho	09
A importância de lutar por creche	
3. A saúde da Mulher	11
Legalizar o aborto é uma questão de saúde pública	
Aborto legal e seguro, é uma questão de classe	
A defesa da vida e dos direitos humanos	
Auto cuidado é uma tarefa de todas as mulheres	
4. Violência contra as mulheres	15
Qual a razão para tanta violência contra mulher	
A violência contra a mulher é estrutural	
Relacionamentos abusivos	
Os diferentes tipos de abuso	
Lutar por mais políticas públicas	
Ocupação de Mulheres	
Onde buscar ajuda e como denunciar	
5. A luta da mulher negra	20
Olhar o passado para entender o presente	
Tripla opressão: gênero, raça e classe	
As mulheres negras e o movimento de mulheres	
6. A Luta da mulher jovem	23
A luta por creches nas universidades e escolas	
7. Mídia e Mulher	24
8. Para nos libertar é preciso nos organizar e lutar	25
A gente precisa se organizar	
Como se organizar	
Núcleos	
A sustentação	
12. Nossas palavras de ordem	27
9. Unidade Popular pelo Socialismo (UP)	28
10. Quem foi Olga Benario?	29
11. Calendário de lutas	30



12. Anexos	31
Carta da Conferência Mundial de Mulheres de Base (2011)	
Resolução da Conferência Mundial de Mulheres de Base (2011)	
Carta do Recife	
13. Glossário	34
14. Dicas de Leitura	37
15. Dicas de Filmes	38



Apresentação

"Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo"
Olga Benario

O Movimento de Mulheres Olga Benario nasceu da necessidade de organização das mulheres brasileiras para lutar contra a violência, a opressão e a exploração da mulher e as injustiças existentes em nossa sociedade.

Seu surgimento ocorreu na formação da delegação brasileira à 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base, realizada em Caracas, Venezuela, em março de 2011. Eram então 21 representantes de oito estados: PA, CE, PB, PE, AL, RJ, MG e SP.

O papel dessa delegação foi fundamental dentro da articulação da América Latina, assumindo, entre outros países, a responsabilidade de organizador da Conferência de Mulheres das Américas, que foi realizada em maio de 2012, na cidade de São Bernardo no estado de São Paulo, com lideranças feministas do Equador, Peru, Venezuela, Colômbia, Chile, Argentina e Uruguai, além de delegações de vários estados brasileiros. Em 2011, realizamos um seminário nacional em João Pessoa, Paraíba.

O Movimento Olga Benario foi crescendo cada vez mais, com o propósito de organizar as mulheres trabalhadoras, indígenas e estudantes para lutarem pelos seus direitos e para acabar com injusto sistema patriarcal/capitalista.

Em maio de 2014, realizamos o 1º Encontro Nacional do Movimento Olga Benario, na cidade de Recife, com a presença de 300 mulheres de várias partes do Brasil. Nesse representativo encontro foi eleita a primeira Coordenação Nacional do Olga, com a participação de companheiras de 13 estados (*Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul*).

Ao longo desses anos de existência, o Movimento Olga Benario tem desenvolvido diversas lutas específicas e políticas no nosso país. Temos erguido com firmeza a bandeira dos direitos das mulheres trabalhadoras, organizando e participando de passeatas nas ruas, de atos em memória das mulheres assassinadas durante à ditadura militar fascista, realizado cursos de formação e de profissionalização, palestras em universidades, bairros e escolas, ocupações em Secretarias Especiais de Mulheres, construído plenárias e encontros nos estados e denunciado a exploração da população feminina, especialmente, da parcela mais empobrecida.

Com o intuito de orientar nossas militantes e apresentar às mulheres exploradas e oprimidas nossas ideias e por que lutamos por uma vida com direitos e por numa nova sociedade, justa e socialista, a Coordenação Nacional do Movimento Olga Benario lança a segunda edição da cartilha afirmando que existe uma solução, um caminho e um grito de liberdade para nós mulheres.

Junte-se a nós! Seja militante do Olga!

Coordenação Nacional do Movimento de Mulheres Olga Benario



A Origem da Opressão e da Exploração da Mulher

Houve uma época na história da humanidade em que não havia opressão nem exploração das mulheres. Nossos direitos eram respeitados e nossa voz ouvida. Qualquer um que agredisse ou praticasse um ato de violência ou de assédio contra as mulheres era rigorosamente punido pela sociedade.

No período conhecido como comunismo primitivo, todas as pessoas trabalhavam unidas e em cooperação para satisfazer suas necessidades básicas. Não havia exploração do trabalho alheio e, apesar de haver distinção entre o trabalho do homem e o da mulher, essa separação não implicava em uma relação de poder ou de opressão de um sexo sobre o outro. Ao contrário, a mulher ocupava um lugar de destaque na sociedade. Em seu livro: *A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada*, Friedrich Engels explica assim esse período:

"Em todos os estágios anteriores da sociedade, a produção era essencialmente coletiva e o consumo se realizava também por distribuição direta dos produtos no interior das comunidades comunistas, maiores ou menores. Esse caráter comum da produção verifica-se dentro dos mais estreitos limites, mas trazia consigo a dominação dos produtores sobre seu processo de produção e seus produtos. Sabiam o que era feito do produto: consumiam-no, ele não saía das suas mãos".

Com o desenvolvimento da produção e das forças produtivas, o ser humano fixa-se em uma determinada região e seu trabalho passa a gerar um excedente, ou seja, algo que não seria consumido imediatamente pela própria comunidade e poderia ser trocado por outros produtos.

Nesta fase, cabia aos homens a tarefa de prover os alimentos. Entretanto, com a agricultura e a criação de animais o homem não precisava mais sair em busca do alimento. Os instrumentos de trabalho e o resultado da produção deixaram de ser coletivos e passaram a pertencer aos indivíduos.

O trabalho doméstico da mulher perdeu

importância. As riquezas começaram a se acumular, criando as condições para o surgimento da propriedade privada, da divisão da sociedade em classes e da opressão da mulher.

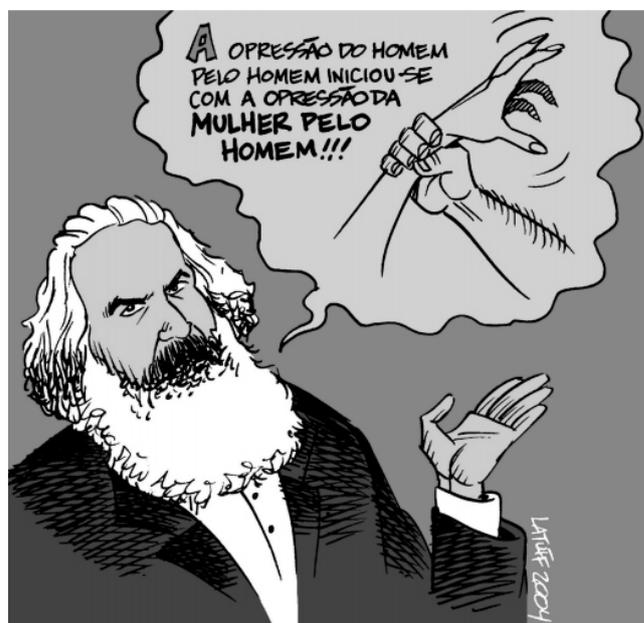
As mulheres foram relegadas a um segundo plano e submetidas inteiramente à vontade do homem. Surgem então o patriarcado e a família monogâmica.

Embora nos modos de produção anteriores, o escravismo e o feudalismo, as mulheres já vivessem em situação de imensa exploração, é no capitalismo que se amplia e se aprofunda a opressão das mulheres.

A exploração da mulher no capitalismo

No sistema capitalista as mulheres são inseridas em massa no processo de produção de mercadorias, recebendo salários menores que os dos homens e sendo duplamente exploradas: no trabalho e em casa.

Essa realidade é vivida diariamente pela maioria das mulheres trabalhadoras. Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as brasileiras recebem salários 30% menores que os homens para desempenhar o mesmo trabalho, mesmo que possuam um maior nível de instrução. De acordo com a pesquisa, os homens ganham mais que as mulheres em todas as faixas de idade, níveis de instrução, tipo de emprego ou de empresa.





A Origem da Opressão e da Exploração da Mulher

Outro estudo, dessa vez do IBGE, aponta que 88% das mulheres ocupadas realizam afazeres domésticos antes ou depois do trabalho. Em média, as mulheres gastam o dobro de tempo em trabalhos domésticos se comparadas aos homens. Considerando a jornada no mercado de trabalho e aquela com a realização de afazeres domésticos, tem-se uma jornada feminina semanal total de 56,4 horas, superior em quase cinco horas à jornada masculina (IBGE. Síntese de Indicadores Sociais – SIS, 2014).



Manifestação de mulheres russas em 1917

Assim, apesar da propaganda da burguesia, o capitalismo não oferece melhores condições de vida para as mulheres, mas intensifica sua exploração. Mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos, as mulheres ainda sofrem com a violência, a opressão e o desrespeito aos seus direitos. A carestia da vida, o alto preço dos alimentos, a falta da moradia, a sede, a fome, as guerras e o desemprego são problemas vividos pela imensa maioria das mulheres no mundo.

Enquanto isso, estudo da Oxfam, organização internacional de Direitos Humanos, revela que apenas 1% das pessoas mais ricas do planeta detém mais riquezas do que todo o restante da população. Ou seja, 1% possui mais que 7 bilhões de pessoas juntas!

Este mesmo documento constatou que as 85 pessoas mais ricas do mundo têm um patrimônio de US\$ 1,7 trilhão, o que equivale ao patrimônio das 3,5 bilhões de pessoas mais pobres da Terra.

A luta para transformar a sociedade e conquistar o socialismo

Dessa forma, não é de se estranhar que as mulheres ao longo da história sempre tenham se rebelado contra esse estado de coisas. Foi, porém, com a Revolução Socialista na Rússia, em 1917, que as mulheres conquistaram pela primeira vez a igualdade de direitos em relação aos homens, entre eles o direito de receber o mesmo salário, o direito ao voto e ao divórcio. Além disso, a educa-

ção das crianças passou a ser responsabilidade do Estado, e as mulheres não tinham mais que se preocupar com a falta de creches, escolas, postos de saúde ou comida, pois tudo isso era garantido pelo governo revolucionário dos trabalhadores.

Inspiradas pelo exemplo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as mulheres foram à luta e conquistaram vários direitos que antes lhes eram negados pelo capitalismo. Entretanto, sabemos que ainda falta muito a ser conquistado. Precisamos lutar pela redução da jornada de trabalho, por mais creches e escolas em tempo integral, pelo fim da violência e da cultura do estupro, entre outros.

No Brasil, as mulheres também sempre estiveram na linha de frente das lutas do nosso povo pela independência, pela liberdade e por uma sociedade sem opressão e exploração.

— — Porém, como sabemos, a nossa luta maior — — é pelo fim da exploração capitalista sobre a classe trabalhadora e a conquista de uma nova sociedade, onde todos nossos direitos sejam respeitados e nossa condição de mulher seja valorizada: a sociedade socialista.

Daí a importância de trabalhar não só para organizar as mulheres para lutarem por seus direitos, contra a opressão e a violência que sofrem, mas também organizar milhões de trabalhadoras e trabalhadores da cidade e do campo para derrotar a burguesia e o seu Estado opressor. É por isso que o Movimento de Mulheres Olga Benario defende que a luta pelos direitos das mulheres deve estar ligada à luta pelo socialismo.



Mulher e o Mundo do Trabalho

Como vimos, no capitalismo as mulheres são submetidas a uma cruel exploração. A lógica de acumulação do capital e de obter o máximo de lucro exige que todas as relações econômicas e sociais estejam submetidas aos interesses daqueles que vivem da exploração da imensa maioria da sociedade, isto é, uma minoria de pessoas que são donas das fábricas, das empresas, dos bancos e da terra, a burguesia.

Diferente do que dizem os defensores dessa exploração, a presença da mulher no mercado de trabalho não significou a sua libertação. Pelo contrário, as mulheres passaram a exercer uma dupla jornada de trabalho, e são, por isso, duplamente exploradas. De fato, na imensa maioria das famílias trabalhadoras a mulher é a responsável pela educação e pela alimentação das crianças, a limpeza da casa e de todo o mesquinho e pesado trabalho doméstico.

No mercado de trabalho permanece a desigualdade salarial: as mulheres recebem em média 70% dos rendimentos recebidos pelos homens (as mulheres negras recebem ainda menos: cerca de 50% dos rendimentos das mulheres brancas). Além disso, muitas mulheres exercem profissões marcadas pelo trabalho de cuidado e educação, e são mal remuneradas por isso. Quase metade das trabalhadoras brasileiras está no setor de educação, saúde e serviços sociais; 17% das trabalhadoras brasileiras são empregadas domésticas e 70% dos trabalhadores terceirizados são mulheres.

Não bastasse, durante as crises econômicas que ocorrem com frequência no capitalismo, as mulheres estão entre aqueles que mais sofrem suas consequências. Segundo dados da ONU, as mulheres representam 70% da população mundial que vive em situação de miséria absoluta e sua jornada de trabalho é 13% maior que a dos homens.

Dessa forma, o patriarcado expressa-se como um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, de maneira que permite naturalizar a

desigualdade de gênero, ou seja, torná-la comum e banal na sociedade.

Assim, apesar de o capitalismo não ter criado a opressão da mulher, ele a aprofundou e se apropriou muito bem dela. A mulher trabalhadora é oprimida enquanto mulher e altamente explorada enquanto classe trabalhadora. Na realidade, *"a mulher continua uma escrava doméstica porque é oprimida, sufocada, embrutecida, humilhada pela mesquinha economia doméstica, que a prende à cozinha, aos filhos e lhe consome as forças"* (Lênin, *A Contribuição da Mulher na Construção do Socialismo*).

Em outras palavras, o capitalismo impõe a dupla exploração da força de trabalho da mulher ao manter e ampliar os trabalhos domésticos e, ao desvalorizar esse trabalho, procura justificar a mulher como um ser inferior ao homem, reservando a elas, em grande parte, trabalhos considerados complementares ou secundários na sociedade para justificar salários mais baixos que o trabalhador masculino.

O fato é que hoje, em quase todos os países, as mulheres são já a maioria do proletariado, dos trabalhadores, mas continuam submetidas ao humilhante e estafante trabalho doméstico, recebendo baixíssimos salários e ainda sendo a maioria das pessoas que vivem na pobreza e na miséria. Estão desempregados e ainda sofrem todo tipo de violência física e sexual. Muitas vezes sem direitos trabalhistas assegurados pela constituição.

As classes dominantes argumentam que esta inferioridade salarial tem bases culturais, já que não caberia às mulheres e sim aos homens a tarefa de sustento do lar. Desta maneira, a cultura do patriarcado, ou seja, a cultura do *"poder do macho"*, cumpre um papel fundamental e serve muito bem aos interesses da classe capitalista. Sendo o acúmulo cada vez maior de riquezas o objetivo da pequena parcela da população que dele se beneficia – a burguesia – lhe cai muito bem fortalecer e legitimar tal cultura.

"A mulher trabalhadora é oprimida enquanto mulher e altamente explorada enquanto classe trabalhadora. Na realidade, "a mulher continua uma escrava doméstica porque é oprimida, sufocada, embrutecida, humilhada pela mesquinha economia doméstica, que a prende à cozinha, aos filhos e lhe consome as forças".

Lênin



Mulher e o mundo do trabalho

A importância de lutar por creche

Fruto da luta das mulheres, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), no artigo 389, estabelece que as empresas, nas quais trabalhem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos devam garantir lugar apropriado para as crianças em período de amamentação. Porém, apesar da proteção à maternidade ser um direito constitucionalmente garantido, o direito a creche custeada pela empresa ou o auxílio creche por pelo menos 6 meses raramente são cumpridas pelos patrões.

Se não há creches e as mães precisam continuar trabalhando, com quem ficarão as crianças? Quando se encontra uma vaga numa creche ela é geralmente longe do local de trabalho e as mães terminam tendo que interromper o processo de amamentação dos seus filhos ou abandonam o emprego para continuar amamentando.

Na realidade, devido à falta de infraestrutura e de apoio à mulher na sociedade, o nascimento de filho é o começo de uma longa batalha para as mães. As creches públicas, quando existem, só aceitam crianças a partir dos seis meses de idade, fazendo com que essas mulheres recorram às instituições privadas (que custam muito caro) ou a cuidadores, que quase sempre são familiares mulheres (avós, tias, etc.).

Se não trabalhava fora e agora precisa de um emprego, vai se deparar com um mercado de trabalho cruel: 62% das empresas no Brasil rejeitam mães (Grupo Regus, 2011) simplesmente porque essas mulheres vão priorizar a vida dos seus filhos ao invés do lucro do patrão.

Caso a mulher não queira ou não consiga voltar ao trabalho formal, também terá dificuldades para estudar, pois a maioria das instituições de ensino não possui creches que atendam às estudantes, os valores de bolsa-auxílio são quase o valor de uma creche privada e a estrutura para cuidar de uma criança muito pequena nunca é a adequada.

Mesmo com todos esses obstáculos, muitas de nós resistimos e nos inserimos nos espaços públicos, por diversas vezes sem apoio. Muitos ainda têm coragem de nos dizer que "quem pariu Matheus que o embale". Ora, só porque somos mães não temos mais direito ao trabalho, cultura e lazer? Nos fazem acreditar que devemos abdicar de tudo em prol dos nossos filhos e que devemos nos sentir culpadas quando precisamos de terceiros para auxiliar com os cuidados.

Sabemos que a sociedade capitalista se mantém através da exploração da classe trabalhadora e que um de seus pilares é a exploração e o controle da vida da mulher. Não é por acaso que a burguesia insiste em nos negar e tirar nossos direitos. Ela sabe que somos metade da população e que somos fundamentais para a transformação da sociedade.

Embora estejamos analisando o direito à creche pelo aspecto da mulher trabalhadora, cabe ao Estado assegurar todo o processo de educação das crianças, como estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A existência de creches e de escolas de educação infantil, além de um direito que assegura a permanência das mulheres no seu local de trabalho, garante, sobretudo, um saudável desenvolvimento das crianças.

As mulheres trabalhadoras sabem muito bem o que significa necessitar de uma vaga em creche. Lutar para garantir creches e escolas de educação infantil nos bairros populares, escolas, universidades e locais de trabalho é parte importante no processo de libertação das mulheres e das jovens trabalhadoras. Por isso, esta é uma das principais reivindicações e lutas que o Movimento de Mulheres Olga Benario desenvolve ao lado do Movimento de Luta nos Bairros e Favelas (MLB) e do Movimento Luta de Classes (MLC).



Passeata por creche em Recife-PE



Saúde da Mulher



Cuidar da saúde da família é, na prática, uma tarefa feminina. A relação das mulheres com a saúde vem desde o matriarcado quando na divisão social do trabalho então existente cabia às mulheres a responsabilidade de cuidar da família.

Hoje, apesar de todos avanços da medicina, a saúde é um direito de poucos. Para a imensa maioria do povo, a saúde é algo distante e de difícil acesso. Equipamentos e infraestrutura precárias, número de profissionais de saúde insuficiente, postos de saúde fechados e hospitais e maternidades sucateadas: esta é a realidade da saúde em nosso país.

Os governos afirmam que não têm recursos para investir e garantir uma saúde de qualidade, mas o fato é que os recursos e riquezas são desviados diariamente para os bolsos dos banqueiros que dominam o Estado e ditam as regras para os governantes. Essa é a lógica do sistema capitalista.

Para tomar conta de um familiar, normalmente, é a mulher que falta ao trabalho, abandona emprego, passa dias e dias fora de casa, muitas vezes sem alimentação garantida e dorme quando é possível. Normalmente essas mulheres cuidam de todos os seus familiares, e, quando dá, cuidam de sua saúde.

Porém para as mulheres pobres se cuidarem é um drama, pois há ausência de especialistas e o atraso na marcação de consultas, principalmente para ginecologista. Para marcar uma simples mamografia ou até um simples papanicolau (exame de lâmina, básico para prevenção do câncer de colo de útero), as mulheres trabalhadoras precisam enfrentar enormes filas e meses de espera.

Segundo, a Organização das Nações Unidas (ONU), de cada três mulheres, uma terá câncer, e o câncer que mais mata a população feminina é o de mama. No Brasil, cerca de 30 mulheres morrem diariamente vítimas do câncer de mama.

O câncer de mama é a principal causa de mortes das mulheres em todo o mundo, muitas delas padecendo da doença em estado avançado devido à falta ou ao diagnóstico ineficaz. Segundo, levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU), de cada três mulheres, uma terá câncer e o câncer que mais mata a população feminina é o de mama. No Brasil, cerca de 30 mulheres morrem diariamente vítimas do câncer de mama, segundo Maira Caleffi, presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à

Saúde da Mama; e, de acordo com estudo organizado por Ione Schneider, pesquisadora e estudiosa da saúde pública da mulher brasileira, as mulheres de baixa renda com câncer de mama apresentam risco 7,4 vezes maior de morrer, se comparadas com as mulheres de maior renda.

A atenção à saúde sexual e reprodutiva da mulher, na prática, inexistente. Para se fazer uma laqueadura, por exemplo, é exigido que a mulher tenha mais de 25 anos e dois filhos. E isso em um país onde, na faixa de 15 a 19 anos, a taxa de gravidez explodiu. A adolescente simplesmente não tem acesso fácil e nem gratuito à atenção ginecológica,

aos métodos de prevenção da gravidez e, frequentemente, sequer às informações necessárias. A escola é ausente neste tema e não há pílulas suficientes para livre distribuição e, apesar de existir preservativos masculinos gratuitos nos postos de saúde (os preservativos femininos são em quantidade reduzida), seu uso muitas vezes é impossibilitado pelo parceiro.

Os poucos e falhos programas estatais relacionados com saúde reprodutiva, educação sexual e planejamento familiar, aliados à cultura machista que submete às mulheres e meninas a situações de risco, como o sexo desprotegido, são responsáveis também pelos altos índices de gravidez na adolescência. Mesmo observando queda nos índices de gravidez precoce, o Brasil é campeão de partos de adolescentes na América do Sul (são 86 para cada 1000 nascidos) e ocupa a 49ª posição em um ranking de 213 países.



Em vários estados, milhares de mulheres buscam leitos em maternidades públicas para dar à luz aos seus filhos e não encontram. É comum encontrarmos em corredores de hospitais públicos mulheres em trabalho de parto sem uma assistência adequada, sentadas em cadeiras plásticas ou em leitos improvisados. Assim, os filhos dos mais pobres deste país já nascem excluídos do direito à saúde pública e as mulheres estão perdendo o direito de serem mães.

Lares empobrecidos, falta de acesso à educação de qualidade, qualificação profissional e educação sexual são apontados por especialistas como fatores diretamente ligados à gravidez precoce no país. Outro grave problema que atinge diretamente a saúde da mulher é o aumento do número de portadoras do HIV/AIDS. Como vemos, a carência de informação sobre uso de camisinhas e métodos contraceptivos, o machismo que ainda impera na sociedade e faz com que a mulher não tome a iniciativa de usar o preservativo por medo de incomodar o seu parceiro, e as dificuldades de idas

regulares a o ginecologista fruto do caos na saúde pública, ocasionam problemas gravíssimos para as mulheres.

As mulheres pobres e neste caso também os homens, submetidos a condições de trabalho e de vida que são uma verdadeira fábrica

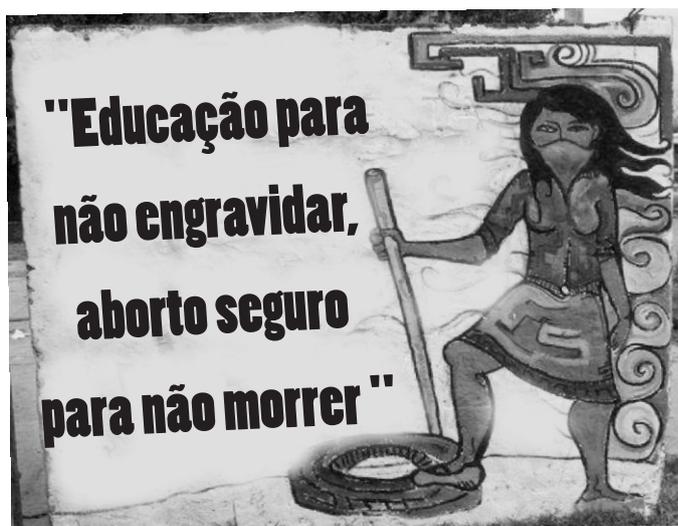
de doenças, estão desamparadas, pois o Sistema Único de Saúde (SUS), construído para ser universal, acessível e gratuito, sofre com o descaso dos governos e a falta de verbas. Por tudo isso, nós mulheres temos que mudar a situação da saúde em nosso país.

O Movimento de Mulheres Olga Benario luta por um sistema de saúde que atenda com respeito e agilidade às mulheres trabalhadoras e pobres de nosso país, exige que o Estado invista em pesquisas científicas para a cura de doenças graves que matam nosso povo e que dê gratuitamente todo o suporte do tratamento, inclusive todas as medicações que necessitarem.

Legalizar aborto é uma questão de saúde pública

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), dos 42 milhões de abortos que se fazem anualmente no mundo, 20 milhões são ilegais e feitos em condições pouco seguras. No Brasil, a OMS estima que 31% dos casos de gravidez terminam em abortamento, ou seja, quase três em cada dez mulheres grávidas abortam de forma espontânea ou induzida.

Segundo o Ministério da Saúde, todos os anos ocorrem cerca de 1,4 milhão de abortamentos espontâneos e/ou inseguros. Um outro grande estudo feito em 2012 em mais de 26 países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, e publicado em agosto de 2015 no *Journal of Obstetrics & Gynaecology* (BJOG), mostrou que sete milhões de mulheres são internadas por ano por complicações de saúde provocadas por abortos clandestinos e todos os anos 22 mil mulheres morrem pelo mesmo motivo.



Aborto legal e seguro, é uma questão de classe

Esses números mostram que o aborto no Brasil e no mundo envolve questões que vão além de leis e concepções religiosas e que criminalizar o aborto não traz sua redução, pelo contrário. Na realidade, a não legalização do aborto, o torna seguro apenas para as mulheres ricas que podem pagar por ele em clínicas supermodernas ou mesmo viajarem para um

país onde o aborto está legalizado.

Por exemplo, quem tem condições em uma cidade como São Paulo de dispor de cerca de R\$ 5 mil, consegue realizar um aborto com certa segurança. Já para as mulheres pobres, a situação é bem diferente. Elas recorrem a clínicas clandestinas que não têm condições adequadas de estrutura nem pessoas capacitadas para realizar o procedimento, usam medicamentos abortivos vendidos ilegalmente ou adotam métodos mais arcaicos que ocasionam recorrentemente perfuração de útero, hemorragia e infecções.



Saúde da Mulher



Estes métodos em geral trazem a necessidade de que estas mulheres dêem entrada no SUS para tratar das sequelas, onde a situação se agrava no aspecto legal, pois deixa de ser uma ação pessoal, privada desta mulher, e ela passa a ser passível de ser denunciada e presa, e considerada uma criminosa, além da discriminação que muitas vezes sofre pelos próprios profissionais de saúde ao descobrirem que se trata de uma complicação do aborto induzido.

De acordo com o Ministério da Saúde, a maior parte das adolescentes que abortam, cerca de 78%, têm entre 17 e 19 anos. Mais de 2/3 dessas mulheres dependem economicamente dos pais ou do companheiro, têm uma relação estável e usam algum tipo de contraceptivo regularmente, ou seja, estão decididas a não terem um filho. O estudo do impacto do nascimento de um filho sobre a vida de mulheres adolescentes constatou que 70% delas abandonaram os estudos até o primeiro ano de vida do filho e todas expressaram julgamento negativo sobre a gravidez ao final deste primeiro ano. Entre as mulheres adultas este quadro se repete: a maioria mantém relação conjugal estável e são usuárias de métodos contraceptivos, além de terem ao menos um filho.

Isso demonstra que a interrupção de uma gravidez indesejada, em geral, não vem de uma aventura sexual e irresponsável, como se costuma alardear, mas tem muitos outros motivadores: a falta de autonomia para dizer não, como em casos de violência sexual ou mesmo em casos de coerção não explícita; falta de apoio emocional e ou financeiro do parceiro; dificuldades de acesso à contraceptivos, ou desconhecimento adequado para usá-los, ou ainda a falha destes, já que nenhum método é 100% seguro; dificuldades econômicas ou sobrecarga de responsabilidades e tarefas familiares; medo de perderem o emprego; ou ainda porque não se sentem aptas para serem mães devido à idade ou experiências pessoais.

Na realidade, não é fácil, nem física, nem psicologicamente, interromper uma gravidez. A mulher que apela para esta ação, o faz por entender que não há melhor saída e quando fazem, sabem que

correm sérios riscos de perderem a vida. Desse modo, a legalização do aborto evita a morte de milhares de mulheres e um sofrimento desnecessário. Portanto, sua legalização é mais que um direito, é uma questão de saúde pública e de salvar a vida de milhares de mulheres.

A defesa da vida e dos direitos humanos

A principal defesa da criminalização do aborto vem de um apelo à defesa da vida, de uma vida em potencial, que não tem culpa de ter sido gerada. Porém, pouco se fala da vida da mulher a quem é imposta a maternidade indesejada. Defender uma vida potencial sob quaisquer circunstâncias, sem a garantia mínima de condições estruturais e psicológicas da família que deveria acolhê-la é uma hipocrisia. Vida é muito mais que o fato de estar presente neste mundo, envolve condições de dignidade humana não só para quem é gestado, mas também para quem gestou.

Defender a vida é uma bandeira de todos nós que lutamos por um mundo melhor e, por isso, defendemos a vida da mulher que hoje morre fazendo abortos sem a menor condição de segurança. A luta pela vida significa a defesa de que toda mulher possa ser mãe quando quiser, tenha direito a um atendimento de saúde adequado para gerar e parir, e tenha condições de criar seus filhos com igualdade de direitos e oportunidades.

A maternidade não pode ser uma imposição natural às mulheres, por isso defendemos acesso a contraceptivos e informação adequada para seu uso, autonomia das mulheres para que elas possam dizer não ou impor condições aos parceiros em uma relação sexual exigindo, por exemplo, o uso de camisinha, em caso de necessidade, e tenham direito a interromper uma gravidez indesejada como último recurso.

Lutar pela legalização do aborto não significa, de forma alguma, desejar que ele se transforme em método contraceptivo. Esta luta deve ser acompanhada de políticas efetivas que garantam direitos reprodutivos, onde a mulher tenha autonomia sobre a escolha do momento adequado de uma gestação e apoio necessário para levá-la a diante. Os direitos humanos da mulher incluem o direito a ter controle sobre as questões relativas à sexualidade, inclusive a sua saúde sexual e reprodutiva, e decidir livremente com respeito a essas questões, livres de coerção, discriminação e violência.



Saúde da Mulher

Os direitos sexuais são parte integrante dos direitos humanos. Este acontecimento é importante porque os direitos humanos são considerados fundamentais para as pessoas, por serem determinantes para o nosso pleno desenvolvimento físico, emocional e social, inclusive para nossa participação na vida social. Por fim, a educação sexual de nossa população, sobretudo da juventude, é uma tarefa dos que lutam por um mundo justo.



Autocuidado: uma tarefa de todas as mulheres

Desde o início da humanidade e até hoje o cuidado da casa, da família, dos filhos, dos doentes, dos animais domésticos, da plantação foi delegado a nós mulheres. O ato de cuidar é quase um sinônimo de "feminino"; podemos perceber isso inclusive nas profissões que requerem esse cuidado maior, por exemplo, enfermagem ou pedagogia, onde as mulheres constituem maioria. Mas, diante de tamanhas desigualdades sociais, políticas e econômicas, quem cuidará de nós mulheres?

Muitas vezes nos queixamos de nossas doenças e não vamos ao médico. A nossa justificativa é que temos muitas atividades e, por isso, deixamos para mais tarde e esse dia nunca chega. Dizemos que no próximo ano vamos fazer atividade física, mas entra ano, sai ano e não movimentamos os nossos corpos. Saímos estressadas do trabalho, das tarefas domésticas ou de reuniões, e muitas vezes o caminho mais perto do desestressar é o consumo do álcool e do cigarro, essas drogas "legais" que acabam tornando-se um vício e cumprindo o papel de válvula de escape para superar o peso que o sistema joga sobre nossos ombros.

Nessa tripla jornada de trabalho e de cuidado, em que momento cuidamos de nós? Esquecemos da nossa saúde física e mental, de nosso lazer, de nosso crescimento pessoal, de nossa conexão com as pessoas. Acabamos, muitas vezes, adoecendo física ou psicologicamente por dedicarmos nosso tempo ao outro e negarmos a nós mesmas o cuidado que também merecemos.

Diante desse quadro é possível compreender melhor a origem dos dados coletados em pesquisa realizada na Grã-Bretanha. Segundo o pesquisador

Daniel Freeman, psicólogo da Universidade de Oxford, as mulheres têm uma chance 40% maior do que os homens de sofrerem de algum transtorno mental. As doenças psíquicas que mais acometem as mulheres são as mais comumente encontradas na população geral, como é o caso da depressão e da ansiedade. O psicólogo debate em seu livro se há diferenças de gênero

quando se trata de doenças psiquiátricas e conclui que as mulheres têm uma chance 75% maior do que os homens de ter sofrido depressão em um período recente, e 60% maior de ter sofrido transtorno de ansiedade.

"Há um padrão em que mulheres tendem a sofrer mais do que chamamos de problemas internos, como depressão ou distúrbios do sono. Elas pegam os problemas para si, enquanto os homens tendem a externalizar os problemas e os transferem para coisas de seus ambientes, como problemas com álcool e raiva", disse Freeman ao jornal *The Guardian*. Para o psicólogo, vários fatores contribuem com as diferenças de doenças psiquiátricas entre o sexo – incluindo os fisiológicos, biológicos e também sociais. "As mulheres tendem a se ver mais negativamente do que os homens e isso é um fator de vulnerabilidade para muitos problemas de saúde mental".

No Brasil esse quadro não é diferente, bem como não se distinguem as raízes do problema. A sobrecarga de trabalho, as cobranças e a obrigatoriedade de cuidar de tudo e todos, apresentando-se como o 'esteio' da família, destroem as mulheres psicologicamente. Essas e outras contradições impactam sobre toda a classe trabalhadora, cada vez mais adoecida física e mentalmente. Entretanto, os diferentes papéis sociais e a enorme sobrecarga sobre as mulheres também as prejudica mais nesse aspecto.

Cuidar de si é tarefa cada vez mais complexa para o conjunto das pessoas numa sociedade que apenas cobra trabalho e eficiência, sem nenhuma contrapartida justa. A organização feminina, a militância diária, o aumento da consciência e etc., são fundamentais para iniciar o processo de autocuidado e libertação de cada uma das trabalhadoras. O esmagamento causado pela sobrecarga de funções mina a capacidade psíquica daquelas que compõem uma das parcelas mais exploradas pelo sistema.



Qual a razão para tanta violência e abusos contra a mulher?

Vivemos em uma sociedade capitalista e patriarcal, sob uma ideologia que afirma que a mulher é uma propriedade do homem, seja ele pai, irmão, namorado, marido ou patrão. Desde pequenos, os homens são educados com o pensamento para dominar e controlar as mulheres, colocá-las cumprindo o papel de responsáveis pela casa e pelos filhos e sempre à disposição para satisfazer os desejos do homem, inclusive sexuais.

Essa concepção está implícita nas músicas, filmes, novelas, piadas, propagandas, etc. A ideologia machista é tão enraizada que faz com que inclusive mulheres reproduzam tamanho absurdo. Assim, a violência contra as mulheres é algo estrutural, ou seja, ocorre devido à organização social e econômica em que a humanidade se encontra.

A propriedade privada dos meios de produção repercute, não só do ponto de vista econômico, mas cultural, pois a sociedade de classes educa os "homens" a verem as mulheres como sua propriedade privada, sua posse, e, portanto, devido a esta construção social, podem até matá-las em nome dessa "propriedade".

Enquanto existir uma sociedade dividida em classes sociais, que trata as mulheres como coisa, posse ou objeto, a morte delas será apenas consequência. A educação tem um papel muito importante para a desconstrução desta ideologia e do machismo. Se homens não nascem estupradores, mas se tornam, também podemos formar homens novos.

Mas para isso é preciso unir a luta contra o machismo à luta por outra sociedade, em que não haja exploração do homem pelo homem, nem da mulher pelo homem, a sociedade socialista. Por isso, é fundamental a luta das mulheres. E essa luta tem que ser cada vez mais organizada e unificada. Lutar contra o machismo é lutar pela vida das mulheres, por respeito e dignidade.

Violência contra a mulher é estrutural

No Brasil, ocorrem cinco espancamentos a cada dois minutos, um estupro a cada 11 minutos, um feminicídio a cada 90 minutos e 179 relatos de agressões por dia. Em 10 anos, 43 mil mulheres foram assassi-



Ato no Dia 25 de Novembro - Dia Internacional pelo Fim da Violência contra à Mulher no Ceará

nadas, sendo 41% na própria casa; uma mulher é morta a cada uma hora e meia, e o feminicídio de mulheres negras aumentou 54% na última década. No mundo, nosso país ocupa a quinta posição de maior número de assassinatos de mulheres, num ranking com 83 países. Só não estamos pior do que El Salvador, Colômbia e Guatemala.

A grande maioria dessas mulheres foram mortas por seus maridos, namorados, pais, irmãos, traficantes e aliciadores; são homens que foram educados a considerar a mulher sua propriedade e que podem decidir sobre a vida dela. Em média, ocorrem 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 mortes a cada mês, 15 a cada dia, ou uma a cada hora e meia. As regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte apresentaram as taxas mais elevadas de feminicídio: 6,90, 6,86 e 6,42 óbitos por 100.000 mulheres, respectivamente. O Estado do Espírito Santo tem a maior taxa de feminicídio, de 11,24 a cada 100 mil, seguido pela Bahia, com 9,08, e Alagoas, com 8,84.

O perfil das vítimas é de mulheres jovens: 31% estavam na faixa etária de 20 a 29 anos, e 23% de 30 a 39 anos. Mais da metade dos óbitos (54%) foram de mulheres de 20 a 39 anos. Em 61% eram mulheres negras, a maioria da região Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%). A maior parte das vítimas tinha baixa escolaridade, 48% daquelas com mais de 15 anos de idade tinham só até oito anos de estudo.

Dados mostram que 50% dos feminicídios envolveram o uso de armas de fogo e 34% de instrumento perfurante, cortante ou contundente. Enforcamento ou sufocação foram registrados em



Violência Contra Mulher

6% dos óbitos. Maus tratos – incluindo agressão por meio de força corporal, força física, violência sexual, negligência, abandono e outras síndromes de maus tratos (abuso sexual, violência psicológica e tortura) – foram registrados em 3% dos óbitos.

Depois de muitas mortes e mobilização por parte das mulheres, foi aprovada no Brasil, em 2006, a Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), que pune de forma mais severa os crimes contra as mulheres. Em março de 2015, foi sancionada a lei do Femicídio (Lei 13.104/2015), onde a pena prevista para este homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos. Essas leis aprovadas foram uma conquista do movimento de mulheres, mas falta ainda muita coisa, uma delas é uma rede do próprio Estado para proteger as mulheres contra os seus agressores.

Em 2015, o Fórum Nacional de Segurança Pública divulgou que foram registrados 47.643 casos de estupro em todo o país. Isso significa que ocorre um estupro a cada 11 minutos. O estudo comprovou que 90% das mulheres têm medo de sofrer violência sexual, principalmente as jovens entre 16 e 24 anos. Isso significa que é necessário muita organização e luta das mulheres para conseguirmos pôr fim à violência contra a mulher.

O Movimento de Mulheres Olga Benario luta por uma sociedade em que as nossas vidas importem e estejam acima de qualquer lucro, por uma sociedade igualitária, sem classes, sem exploração e sem abusos.

Relacionamentos abusivos

Muitos acreditam que relacionamentos abusivos se configuram pelo ato de agressão física, mas o abuso remete a um contexto de violência muito maior. Pesquisas apontam que 70% das mulheres sofrem violência ao longo da vida. A violência física imposta por um parceiro íntimo, como espancamento, estupro e outras condutas abusivas, é a forma mais comum de violência sofrida pelas mulheres no

mundo. No ano de 2013, o Instituto Avon e o Data Popular lançaram a pesquisa "Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher".

Como vemos, diariamente temos que enfrentar o machismo dentro de nossas casas, no trabalho, nas organizações políticas, nas entidades sindicais, nos meios de comunicação, e nas nossas relações sociais. Prova disso é a pesquisa divulgada pelo Instituto Datafolha no dia 21 de setembro de 2016, apontando que 42% dos homens entrevistados acham que "mulher que se dá ao respeito não é estuprada" e que 85% das mulheres do país temem serem violentadas sexualmente.

A pesquisa foi realizada com 3.625 pessoas de 217 cidades espalhadas por todo o Brasil. A mesma pesquisa também aponta que um em cada três brasileiros, ou seja, 33,3% da população, acreditam que o estupro é, de alguma forma, culpa da mulher. E os motivos são os mais variados: seja pelo modo como se vestem, comportamentos e horários que escolhem para saírem sozinhas nas ruas.

Para 30% dos homens, a mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada. A culpabilização da vítima também acontece entre as mulheres, já que 32% concordam com a afirmação, apesar delas mesmas serem as vítimas.

A Lei Maria da Penha foi um avanço no combate à violência contra a mulher. Mas nesses 10 anos de existência da lei, o que se observa é que mesmo com a vigência e divulgação, não houve, de fato, uma diminuição da violência contra a mulher. Tal situação ocorre em parte porque a aplicação e efetividade da lei esbarram na insuficiência de políticas públicas.

Em todo Brasil existem cerca de 375 delegacias da mulher, 115 núcleos de atendimento, 207 centros de referência, 72 casas abrigo, 51 juizados e 47 varas adaptadas, que se encontram principalmente nas grandes cidades. Trata-se de uma rede



Manifestação do 8 de março em Belém - PA



minúscula diante de milhões de mulheres que são vítimas de violência todos os dias em nosso país. Além disso, os estados com maiores índices de violência são os mais pobres, onde a população está em situação mais vulnerável. Importante ressaltar que a violência é decorrente da existência de relação de poder na sociedade.

Sendo assim, as mulheres pobres são as que mais sofrem com essa situação por terem maiores dificuldades para saírem da situação de violência. É preciso acolher as vítimas de violência e fazer com que essa dor se torne luta por um mundo sem violência contra as mulheres. O ciclo da violência faz com que muitas mulheres tenham dificuldades de sair de um relacionamento doentio e abusivo. É necessário ter paciência e acolher essa mulher que necessita de apoio do nosso Movimento. Amparar essas mulheres, dando o suporte emocional, político, psicológico e jurídico.

Os diferentes tipos de abuso

Por vezes, a palavra abuso remete muito ao abuso sexual ou à agressão física. Mas, como apontam os dados, existem variações de abusividade dentro de um relacionamento que são mais frequentes que a própria agressão física. Uma pesquisa foi realizada em todas as regiões do país (Instituto Avon e Data Popular) apontou que 41% da população diz conhecer um homem que já foi violento com a parceira, mas apenas 16% dos homens assumem terem sido violentos.

Dos homens, 53% já xingaram a parceira; 19% já as empurraram; 9% já as ameaçaram com palavras; 8% já lhes deram um tapa; 7% já impediram suas parceiras de sair de casa; 6% já arremessaram algum objeto durante uma briga; 5% já humilharam sua companheira em público; 4% já deram um soco nelas; 2% já as obrigaram a fazer sexo contra a sua vontade; e 1% já as ameaçou com uma arma.

Violência Contra Mulher

Um recorte de classe mostra que 53% dos homens de classe dos pobres, 55% dos homens de classe média e 59% dos homens de classe dos ricos alta já cometeram alguma dessas agressões contra uma parceira. Ciúmes /possessividade /desconfiança, falta de respeito, falta de diálogo/compreensão, falta de amor/carinho e traição/infidelidade parecem ser as maiores alegações dos homens (segundo eles mesmos) para se tornarem violentos.

Quando pensamos em todas as formas de abuso e como elas se dão, logo nos perguntamos: "por que não romper com essa relação?". Precisamos ter consciência de que não é uma tarefa fácil identificar uma pessoa abusiva nem sair de um relacionamento de abuso.

Por isso, por mais que existam espaços que possam ajudar nessa difícil situação, é necessário, mais do que tudo, muita coragem, força e principalmente um resgate do que a pessoa era ou é capaz de se tornar após um período em que se sente constantemente diminuída. E sabemos que isso não é nada fácil de encarar, pois a violência é tão banalizada e naturalizada que, ao invés de a lei e a sociedade protegerem as mulheres, elas sempre são culpabilizadas.

Lutar por mais políticas públicas

Lutar para ampliar as políticas públicas para as mulheres é nossa tarefa. Um grande exemplo de como desenvolver essa luta aconteceu em Belo Horizonte, Minas Gerais. No dia 8 de março de 2016, o Movimento Olga Benario organizou uma ocupação em um prédio público para garantir a criação de um centro de referência para as mulheres que sofrem ou sofreram de violência de gênero. Em junho, essa luta garantiu a conquista da Casa de Referência da Mulher Tina Martins.

A ocupação foi um exemplo de que só vamos conquistar mais políticas públicas na marra e com organização. O Movimento Olga Benario levanta a bandeira contra a violência à mulher e convoca todas as mulheres a juntas levantarmos e reivindicarmos: Pela ampliação de delegacias especializadas para as mulheres; Por mais Casas abrigos; Apoio jurídico, psicológico e de saúde para as mulheres vítimas de violência; Pela discussão das questões de gênero nas escolas; Pela reeducação (e punição) dos agressores; e pela humanização no atendimento às vítimas pelos órgãos jurídicos e de saúde.



Ocupação de Mulheres: Uma experiência de solidariedade e de luta

A violência contra a mulher é entendida como violência doméstica e familiar em todas as suas formas, incluindo os homicídios e a violência sexual. O Brasil ocupa a quinta posição em número de assassinatos no mundo, num ranking com 83 países. A rede de apoio para as mulheres saírem dessa situação, no entanto, ainda é muito pequena.

As estatísticas e a própria realidade de milhares de mulheres demonstram a necessidade de existir uma rede nacional ampliada que trabalhe em conjunto os poderes Judiciário e Executivo e que concretize, de fato, a elaboração de políticas públicas para a erradicação da violência contra as mulheres.

A luta por um mundo sem violência contra mulheres está no centro da atuação do movimento de mulheres nesses últimos anos. O Movimento de Mulheres Olga Benario compreende que a luta pela vida das mulheres é parte indivisível da luta por uma sociedade sem opressão e exploração.

Casa Tina Martins

Diante dessa realidade cruel para as mulheres, um grande exemplo de como desenvolver a luta aconteceu em Belo Horizonte (MG), no dia 8 de março de 2016. O Movimento de Mulheres Olga Benario, junto com o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), ocupou um prédio público abandonado há mais de 10 anos, exigindo a efetiva aplicação de políticas públicas.

As principais reivindicações eram: por um intenso combate à violência machista e do Estado; abertura imediata de creches em tempo integral; regularização das creches comunitárias, mantendo sua autonomia; casas-abrigos para atendimento às mulheres vítimas de violência; delegacias 24 horas para atendimento especializado; início imediato da construção da Casa da Mulher Brasileira, visto que o terreno existe há mais de quatro anos e está sendo apropriado indevidamente.

A ocupação foi uma grande vitória, obrigando o Governo do Estado

de Minas Gerais a ceder um imóvel que estava ocioso para que fosse criada a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, que se transformou num espaço para formação das mulheres e formulação de ideias e políticas, com debates, palestras, oficinas, cursos, rodas de conversas, feiras e encontros, além de realizar acolhimento temporário às mulheres que têm esse atendimento negado pelo Estado.

Esta luta mostrou que as mulheres só irão conquistar mais políticas públicas na marra e com auto-organização. A Casa vem desenvolvendo, com outras entidades parceiras, atendimento às mulheres refugiadas, vítimas do preconceito e discriminação. Importante ressaltar que, nesse período de quase dois anos, a maioria esmagadora das mulheres atendidas foi de mulheres pobres, trabalhadoras e de periferia.

Depois dessa primeira experiência, ocorreram mais duas ocupações organizadas pelo Movimento de Mulheres Olga Benario: Ocupação Mulheres Mirabal (RS) e a Ocupação Helenira Preta (SP).

Mulheres Mirabal

Outro exemplo dessa luta ocorreu no dia 25 de novembro de 2016, em Porto Alegre (RS), com o surgimento da Ocupação Mulheres Mirabal. Foi ocupado um prédio abandonado com a organização de 100 mulheres de diversas idades e profissões. A partir da ocupação do imóvel, o Movimento Olga Benario passou a divulgar o trabalho nas redes sociais e nas ruas. Em poucos dias, o trabalho desenvolvido voluntariamente por psicólogas, assistentes sociais, advogadas e profissionais da área da saúde passou a ser reconhecido por entidades sociais e pelo próprio poder público.

A ocupação tem regras de convivência estabelecidas, como horários de entrada e saída do prédio e a intenção de dar a primeira acolhida às mulheres que precisam de ajuda para se livrarem do agressor. Das mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero que vieram em busca de acolhimento na casa, a

grande maioria era de negras com mais de 25 anos. O acolhimento no local ainda é transitório. Há mulheres que ficam ali por vários dias, por um dia ou mesmo um turno.

Quem procura acolhimento na Mirabal deve preencher uma ficha de entrada e, se necessário, ser encaminhada a atendimento médico e psicológico. A ocupação, que tem 60 vagas, conta com uma rede própria de assistentes sociais, profissionais de saúde, psicólogas, professoras e educadoras sociais para auxiliar na atenção. Quem quiser levar pertences pessoais, filhos ou cachorros.

A própria ocupação retira uma parte do sustento de produtos feitos pelas ocupantes, além de doações feitas por apoiadores. As mulheres da ocupação criaram duas redes a partir dela: uma, de acolhimento, com profissionais voltados ao atendimento de quem busca abrigo; e outra, de apoiadores, pessoas que chegam ali com ideias para atividades e doações.

Ocupação Helenira Preta

A terceira ocupação ocorreu no dia 25 de julho deste ano, Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha, quando dezenas de mulheres organizadas pelo Movimento de Mulheres Olga Benario ocuparam uma casa abandonada no centro de Mauá, região do ABC paulista. O objetivo da ocupação foi exigir do Governo de São Paulo e da Prefeitura a reforma do imóvel, de propriedade da gestão municipal, e sua transformação em uma casa de referência para acolher mulheres vítimas de violência doméstica.

É necessário que as mulheres se unam e se organizem para lutar pela ampliação de delegacias especiais para as mulheres, aumento de casas-abrigos, mais profissionais qualificados, além da humanização no atendimento às vítimas de violência.

Como fica claro, as ocupações de mulheres são um grande exemplo na luta pelo fim da violência à mulher. **Continuaremos a ocupar, lutar e resistir!**



Onde buscar ajuda e como denunciar



- ♦ **Violência patrimonial:** Qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades, por exemplo: se a família ou namorado/esposo rasga, queima, esconde cartas ou presentes; se uma lésbica é impedida de usar o computador ou telefone para não conversar com outras mulheres; se tem que dar seu salário ao pai, à mãe, à namorada.
- ♦ **Violência Simbólica:** Confere o poder aos Meios de Comunicação em reproduzir o estereótipo patriarcal que relega uma posição de subalternidade à mulher, apresentando-a como inferior ao homem. Dessa forma, pode servir como seu objeto de prazer e de consumo (fetiche), sexual. A publicidade em geral, usa a imagem da mulher como uma estratégia de atrair o público masculino, como se só os homens pudessem comprar e só eles servissem de referencial consumidor para o mercado. As propagandas de cerveja podem ser consideradas como um exemplo desse tipo de tratamento depreciativo dado a imagem da mulher pela mídia.
- ♦ **Violência digital:** práticas de assédio, perseguição ou intimidação de parceiros controlando suas redes sociais, seu telefone, mantendo contato constante através de telefone, SMS ou outras formas de comunicação. Agredir verbalmente ou emocionalmente, mesmo que de maneira virtual.
- ♦ **Estupro:** Constranger e obrigar alguém a ter relações sexuais sem consentimento, através da violência física, psicológica e ameaças. O aborto, nesses casos, é legalizado.
- ♦ **Proteção à Mulher:** A Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi criada com o objetivo de proteger as mulheres vítimas de agressão doméstica e familiar, seja violência física, psicológica, sexual ou patrimonial. O nome da lei vem de Maria da Penha Fernandes, brasileira que foi baleada por seu ex-marido enquanto dormia e depois mantida em casa e submetida a diversas formas de tortura. O tiro sofrido a deixou paraplégica. A lei vale para todos os tipos de relacionamentos afetivos, como maridos, companheiros, noivos ou namorados, mesmo que não morem juntos e pode ser aplicada mesmo após o fim do relacionamento. Também vale para casais homoafetivos.
- ♦ **Como denunciar:** O primeiro passo é buscar ajuda e proteção na Delegacia da Mulher (DEAM), onde será feito um Boletim de Ocorrência (BO). O procedimento pode ser feito sozinha ou na companhia de pessoas de confiança. Essas informações são então levadas ao Ministério Público, que apresentará a denúncia à Justiça. Toda mulher tem direito a ser defendida gratuitamente por advogados da Defensoria Pública. O caso é julgado no Juizado da Violência Doméstica, nas Varas de Violência Doméstica e nas Varas Criminais, que vão determinar as medidas de proteção necessárias e a sentença ao agressor. Todas as vítimas de violência sexual têm acesso à pílula do dia seguinte, tratamento de doenças sexualmente transmissíveis e aborto legal em qualquer hospital público que ofereça esses serviços.
- ♦ **Delegacia de Mulheres:** As delegacias da mulher são subordinadas à Delegacia Geral da Polícia Civil de cada Estado, mas têm autonomia para oferecer auxílios diferentes. Em geral, os serviços são aconselhamento, mediação, investigação e atendimento a crimes de violência doméstica ou contra a mulher, como agressões, estupro, lesões corporais e assassinatos. É fundamental capacitar as policiais desse setor para que os atendimentos possam ser mais humanos, eficientes e adequados.
- ♦ **Medidas protetivas de urgência:** Em caso de necessidade urgente de proteção, o agressor poderá ser afastado do lar, perder a posse de arma e ser proibido de se aproximar da mulher e dos demais familiares. Quando há risco de morte, o juiz pode determinar que a mulher e seus filhos sejam acolhidos em Casas Abrigo ou outro lugar protegido, sendo o transporte de responsabilidade da Delegacia de Polícia.
- ♦ **Serviço:** Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.



A Luta da Mulher Negra



1º Encontro Estadual do Olga Benario no Rio Grande do Norte - 2016

Resultado da escravidão que existiu durante séculos em nosso país, a população negra integra as camadas sociais mais pobres da sociedade capitalista: o trabalhador negro, por exemplo, recebe aproximadamente metade do rendimento do trabalhador branco. Porém, este problema se agrava quando falamos das mulheres negras, que, além de sofrer com o machismo, também sofrem com o racismo: de acordo com dados do Censo 2010, uma trabalhadora negra ganha, em média, 35% do rendimento médio dos homens brancos, e 52% do que recebem as mulheres brancas.

Dentre as tarefas executadas, também percebemos discriminação racial e de gênero: entre os trabalhadores em condições de trabalho "análogas à escravidão" (sem remuneração), as mulheres negras são 48% do total, enquanto as mulheres brancas equivalem a 25%. As mulheres negras são 58% dos trabalhadores domésticos sem carteira assinada, enquanto as brancas são 26%. Porém, no trabalho doméstico com carteira assinada, a maioria são homens (35% são brancos, 27% são negros), enquanto as mulheres negras não chegam a 15%.

Tais dados mostram que as ocupações com um número maior de trabalhadoras negras são, de um modo geral, aquelas que pagam salários mais baixos, que menos respeitam direitos trabalhistas e com maior grau de exploração. Por terem menos oportunidades de trabalho, acabam aceitando os empregos que lhes oferecem.

Outro problema que atinge principalmente a mulher negra trabalhadora é o assédio moral e sexual. As brincadeiras racistas e machistas são, na maioria das vezes, destinadas às mulheres negras. O preconceito nas entrevistas de emprego, a desconfiança por parte dos chefes e até mesmo de outros

trabalhadores, atingem principalmente a quem sofre esta dupla discriminação.

O padrão de beleza da mulher negra costuma "não agradar" na seleção de trabalhadoras, em especial àquelas que devem atender ao público. Quando são admitidas, dificilmente são promovidas, pois "não têm perfil para ser chefe". No entanto, entre as famílias chefiadas por mulheres, segundo o Dossiê de Mulheres Negras (Ipea), a maioria é chefiada por mulheres negras (acima de 55%). Porém, são observadas diferentes características entre domicílios chefiados por negras e brancas: há mais famílias monoparentais (sem cônjuge) dentre as famílias chefiadas por mulheres

negras e as famílias chefiadas por brancas têm maior renda per capita que aquelas chefiadas por negras.

Olhar o passado para entender o presente

Está claro que as classes ricas, que exploram mulheres e homens trabalhadores, são as que mais se beneficiam com o racismo e o machismo do sistema capitalista e a superexploração sofrida pelas mulheres negras. Tais relações se iniciaram no sistema escravista que dominou nosso país por quase 400 anos. Nele, mulheres e homens negros eram considerados como coisas, objetos, "peças" de propriedade do senhor de escravos. Para justificar essa atrocidade, inventaram que a raça negra era inferior, que a cultura africana era selvagem e cultuava o diabo.

A escrava negra foi a primeira trabalhadora do Brasil e, durante centenas de anos, valia menos que o homem escravizado (aproximadamente 25% menos), o que só se modificou quando os senhores brancos perceberam que as mulheres negras poderiam engravidar e gerar crianças negras, que posteriormente seriam vendidas como escravas, aumentando os lucros do senhor. Não tinham direito de ver seus filhos crescer ou de amamentá-los, uma vez que serviam de amas de leite para os filhos do senhor.

As jovens negras (muitas ainda crianças) eram frequentemente estupradas pelo senhor ou usadas em rituais sádicos (tortura sexual): serviam como "objeto sexual". Muitos deles vendiam seus próprios filhos, uma vez que eram crianças negras e "bastardas".



A Luta da Mulher Negra

A participação das mulheres negras na luta contra a escravidão foi um exemplo de vanguarda na história de nosso país, seguindo a cultura africana, na qual as mulheres eram guerreiras e generais dos exércitos da maioria dos povos, assim foram: Aquilone (fundadora do Quilombo dos Palmares e mãe de Zumbi dos Palmares), Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela, (principal líder do Quilombo do Cariterê e criadora do arsenal de armamentos do seu exército), e Luíza Mahin (principal liderança da Revolta dos Malês e mãe de Luiz Gama).

Após a abolição da escravatura, a mulher negra, que, quando escrava, não tinha o direito de constituir família, uma vez liberta, não tem marido (diferente das mulheres brancas na época) e é mãe solteira. Para sobreviver, tornaram-se independentes e ocupavam funções de serviços domésticos, mas também de costureiras, lavadeiras, e aquelas que conseguiam acesso à educação se tornavam educadoras infantis.

Foram lutadoras que seguiram o exemplo de suas antecessoras, não deixando de alimentar e educar seus filhos pela ausência do pai (em diversos momentos, eram discriminadas nos relacionamentos, seja por homens brancos ou até mesmo por homens negros, e deixadas por estes ainda grávidas): foram as primeiras mulheres chefes de família do Brasil!

Mulher negra: tripla opressão de gênero, raça e classe

Todas as relações sociais e humanas que vivemos hoje são influenciadas por essa história. Além da discriminação sofrida pelas mulheres negras no mercado de trabalho, os assédios moral e sexual, ocorre discriminação com as crianças negras nas escolas – o que se acentua com as meninas. São mais comumente acusadas de "vulgaridade", afirmação que carrega tom machista e racista. A educação das meninas e das crianças negras ensina a submissão diante da opressão – seja esta vinda dos seus colegas, seja por parte de vários educadores.

Ensinam a intolerância religiosa, mas nada falam da ajuda das mães de santo aos revolucionários que se escondiam nos terreiros, durante a ditadura militar. Nas aulas de história, esquecem

mulheres negras como a Rainha N'zinga, Luíza Mahin ou Tereza de Benguela e a contribuição que deram à luta por um país mais justo e democrático.

A representação da mulher negra na mídia reforça a imagem de objeto sexual e mão de obra barata: na maioria dos programas de TV e telenovelas (principal entretenimento das famílias mais pobres do país), as negras são geralmente empregadas domésticas. Mesmo as poucas mulheres negras valorizadas pela mídia apresentam um padrão de beleza pouco acessível para as meninas mais pobres, uma vez que se utilizam de cosméticos ou cabelos artificiais caríssimos.

Como resultado, a maioria das jovens negras sofre de baixa autoestima, sentem-se feias e pouco queridas. Não veem a si mesmas como pessoas que podem estudar e exercer uma profissão que lhes dê satisfação e melhor remuneração. Poucas meninas negras disputam cadeiras nos cursos de maior "status social", como Engenharia ou Medicina. Renunciam à autonomia e à independência econômica e aceitam funções que pagam salários mais baixos. Inconscientemente, foram postas na posição de subalternidade e superexploração que o sistema impõe às mulheres negras a mais de cinco séculos em nosso país.

Estas mulheres são as que nas favelas, diariamente, perdem seus filhos para o tráfico de drogas, a polícia assassina ou para os grupos de extermínio neonazistas (como a Rota 66, do Município de São Paulo), que assassinam jovens negros à revelia. A maioria delas perde o direito de conviver ou mesmo enterrar seus filhos, como acontecia com suas antepassadas escravizadas.



Olga Benario em homenagem à Hugo Chaves em Abreu e Lima - PE



A Luta da Mulher Negra

As mulheres negras e o movimento de mulheres

A negritude vem sendo cada vez mais debatida no movimento de mulheres, assim como a participação das mulheres negras no movimento de mulheres e no movimento de mulheres negras.

Durante muitos anos, os problemas vividos especificamente pelas mulheres negras não eram abordados pelas feministas: o racismo, a baixa autoestima, o papel das mulheres negras na história, a tripla opressão de gênero, raça e classe. A maioria do que dissemos anteriormente continua desconhecido para a maioria do movimento de mulheres.



Militantes negras do Movimento Olga Benário

Por outro lado, alguns movimentos de mulheres negras não se propõem a debater o papel da exploração de classe na opressão que vivem, reduzindo o debate sobre a estética (cabelos, produtos de beleza, etc.) ou relacionamentos; que ainda que façam parte do problema, se não forem relacionados à exploração de classe, tornam-se superficiais e se restringem à classe média. Neste debate, a mulher negra trabalhadora, das favelas, mães e chefes de família, não se vê representada.

É importante compreender que as mulheres negras precisam de momentos e espaços específicos para discutir seus problemas. Que as pessoas que sofrem a mesma opressão precisam discutir entre si para que compreendam que não são as únicas, e que vivem um problema coletivo – que o racismo e o machismo que vivem são problemas sociais.

Por outro lado, bandeiras comuns a todas as mulheres trabalhadoras e jovens, como mais creches públicas, igualdade salarial, a luta contra a violência doméstica e sexual, dentre outras, ficam enfraquecidas se todas as mulheres não estiverem juntas, unidas e coesas, na luta pela conquista desses direitos.

Levantar problemas específicos sofridos pelas mulheres negras e acrescentar soluções antes nunca pensadas é positivo e importante para a luta

das mulheres. O problema ocorre quando o movimento de mulheres se divide, de forma que umas não conseguem construir o movimento junto das outras. Somos nós, mulheres, quem mais perdemos com isso. No entanto, um movimento de mulheres que não discuta suficientemente as questões levantadas pelas mulheres negras também tende a se dividir, ou a enfraquecer sua unidade e coesão, uma vez que as mulheres negras não conseguem espaço para debater seus problemas específicos.

Para melhor cumprir esta tarefa, precisamos aprimorar e avançar em diversos pontos: aprofundar nosso conhecimento sobre a história e a vida cotidiana das mulheres negras brasileiras e latino-americanas; trazer cada vez mais para a luta as mulheres trabalhadoras das periferias, favelas e ocupações, negras em sua maioria; participar mais das atividades dos movimentos de mulheres negras em nossas cidades; incentivar o acesso a programas de planejamento familiar para as jovens negras das periferias e favelas; organizar espaços específicos para o debate das mulheres negras nos nossos locais de atuação e em nosso movimento; defender abertamente a unidade do movimento de mulheres, aprofundando devidamente o debate para que tal unidade ocorra.

Com esta concepção, o Movimento de Mulheres Olga Benário convida as mulheres negras trabalhadoras de todo o país a assumir seu histórico papel de vanguarda tendo orgulho da sua negritude! Sendo um movimento para todas as mulheres trabalhadoras e suas filhas, que, apesar de não sofrerem todas as mesmas formas de opressão, compreendemos que precisamos desenvolver a solidariedade e a sororidade com as outras mulheres, para que possamos, juntas, construir uma sociedade sem machismo ou racismo!

Tereza de Benguela, Dandara e Luiza Mahin: Presentes! Agora e Sempre!



A Luta da Mulher Jovem

O Brasil é o pior país da América Latina para uma menina nascer

As mulheres jovens também são atingidas e sofrem muito as consequências da ideologia machista. Seja nas escolas, nas universidades ou com as pessoas que convivem, as jovens sentem na pele essa discriminação sexista.

Logo ao ingressar na universidade, a estudante sofre com os trotes, "brincadeiras" que envolvem submissão das calouras em relação aos veteranos, que, na maioria das vezes, são completamente abusivos e machistas, pois colocam as calouras como brinquedos. "Brincadeiras" como simulação de sexo oral em frutas, campeonato de beleza, em que as calouras devem mostrar os seios, palavras como "pertença ao meu veterano" ou "sou uma caloura vadia" são escritas em seus corpos.

As meninas são praticamente obrigadas a participar porque senão são excluídas de uma futura integração social na faculdade.

Mas não são somente os trotes que afligem as estudantes universitárias. O risco de sofrerem violência dentro do campus, como abuso sexual, estupro e até assassinato é constante. No ano de 2013, na Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro, uma estudante que saía da sala de aula, por volta das 20h30, foi abordada e violentada por vários homens que estavam em uma Kombi.

Nas universidades públicas, a falta de segurança é uma realidade. Geralmente realizada por uma empresa terceirizada, a segurança tem unicamente a finalidade de zelar pelo patrimônio, mas não pela vida e pela integridade das alunas. As mulheres ficam, assim, sujeitas à violência em todos os lugares da universidade. Elas podem sofrer violência nos corredores, nas salas de aula, nos espaços livres, nos banheiros e,



Campanha por creche na UFRGS

inclusive, em seus alojamentos.

Também nas escolas secundárias os mesmos problemas se repetem. É cada vez maior o número de adolescentes grávidas ou com crianças recém-nascidas e que não encontram nenhuma estrutura nem qualquer apoio nas escolas de ensino médio para continuar estudando.

Não bastasse tudo isso, os casos de agressões e abusos às jovens nas escolas são bastantes comuns. Desde piadas machistas dos colegas, assédio de professores, e até estupros e assassinatos fazem parte da realidade das adolescentes que estudam em nosso país. Além disso, devido à falta de educação sexual nas escolas, crescem os casos de estudantes com doenças sexualmente transmissíveis.

O Movimento Olga Benario se propõe, junto com as entidades estudantis e com a União da Juventude Rebelião (UJR), a realizar uma campanha de denúncias desses trotes e atitudes machistas nas universidades e de conscientização da comunidade acadêmica, visando organizar lutas contra o assédio e todo tipo de discriminação das mulheres jovens nas escolas e universidades.

A luta por creche nas universidades e escolas

Segundo pesquisa do Inep/MEC de 2010, as estudantes mulheres ocupam 57,5% das vagas nas universidades públicas, entretanto, são as que mais possuem obstáculos para a conclusão de seus cursos, principalmente se forem mães que precisam se dividir entre estudar, trabalhar e cuidar de seus filhos. Em consequência, a maioria tranca o curso por um tempo ou simplesmente desiste dele.

Outra pesquisa, esta realizada pela Andifes, em 2011, revelou que 68% dos trancamentos de matrícula são por licença maternidade e que há um percentual elevado de estudantes com filhos que utilizam as creches universitárias (43,4%), nas 19 universidades que dispõem do serviço.

As creches para as estudantes mães são uma necessidade. Lutar pela ampliação das creches nas universidades e pela ampliação do número de vagas nas creches existentes é, portanto, urgente e deve se constituir numa luta imediata dos núcleos do Olga nas universidades.



Manifestação na UFRJ contra a cultura do estupro



Mídia e Mulher

Entende-se por mídia não só a mídia tradicional, como televisão (incluindo a programação e os intervalos comerciais), rádio, jornais, revistas, como também a internet. A mídia, tal e qual a maior parte da sociedade, vê as mulheres como objetos de decoração ou animais reprodutoras. A grande mídia, portanto, reproduz a ideologia dominante existente na sociedade capitalista – machista, patriarcal, racista e homofóbica.

Essa reprodução é chamada também de violência simbólica. As novelas, filmes, músicas, fotos, matérias, outdoors, panfletos, vídeos contribuem para que a mulher seja taxada como inferior ao homem, promíscua, desprovida de intelectualidade, feita para ser "dona do lar", submissa, incapaz, etc. Na prática, perpetuam o machismo e incentivam a violência sexual, a prostituição legal e disfarçada, o tráfico de mulheres e os estupro.

Os meios de comunicação, que deveriam ser utilizados e apropriados pelas próprias mulheres como prestadores de um serviço público, agem para que os seres humanos vivam um processo de massificação e coisificação, o que ocorre principalmente com as mulheres trabalhadoras, negras e a população LGBT.

Os grandes e poderosos meios de comunicação reproduzem o estereótipo patriarcal que relega uma posição de subalternidade à mulher, apresentando-a como inferior ao homem. Dessa forma, pode servi-lo como seu objeto de prazer (fetiche) e de consumo sexual. A publicidade, em geral, usa a imagem da mulher como estratégia de atrair o público masculino, como se só os homens pudessem comprar e só eles servissem de referencial consumidor para o mercado. As propagandas de cerveja podem ser consideradas como um exemplo desse tipo de tratamento depreciativo dado à imagem da mulher pela mídia.

Esse mecanismo de reprodução de mensagens fortalece a lógica da dominação, exercida tanto pelo dominante quanto pelo dominado. O poder dominante que rege as instituições e os meios de comunicação está em toda parte e age disfarçado para que não seja percebido. Mas, ao mesmo tempo, é reforçado e legitimado ideologicamente por essas instituições. É esse poder que também induz à violência e a discriminação presentes na mídia contra a imagem da mulher.

A veiculação de matérias e comerciais pode refletir um estereótipo ou visão preconceituosa de determinada classe, raça ou gênero. A mensagem da mulher como objeto é, na verdade, uma maneira sutil de legitimar esses valores. A produção midiática utiliza ideologia dominante como instrumento de dominação da cultura patriarcal sobre as mulheres.

Em virtude dessa dominação, as próprias mulheres, muitas vezes, também não conseguem perceber o desrespeito à condição social feminina. Além das mulheres, a sociedade em geral age como se não existisse discriminação e, conseqüentemente, legitima um valor cultural e ideológico que naturaliza a dominação de homens sobre as mulheres. A naturalização dessa violência expande a desigualdade entre os gêneros e limita as possibilidades de uma verdadeira democratização da sociedade.

Tal posição dos meios de comunicação é consequência de eles serem propriedade da classe burguesa, a quem interessa manter a mulher alienada e numa situação de submissão. Por isso, nós temos que lutar para que se efetive o direito à comunicação no interesse público, o que só será possível com o fim da propriedade privada dos meios de produção e, em consequência, também nos meios de comunicação.

Como parte dessa luta, levantamos a bandeira da democratização imediata dos meios de comunicação e a criação de observatórios da imprensa e de Conselhos de Ética, como alternativas para ampliar nossos espaços na sociedade e limitar os abusos dos grandes meios de comunicação contra a mulher, os negros e todos os oprimidos.

Mas não basta. É preciso construir nossa rede alternativa de comunicação, como o **jornal A Verdade** e o **jornal do Movimento Olga Benario**, divulgar nossas ideias e atividades pelas redes sociais, construir programas de rádio e um canal de televisão pela internet para levar a voz das mulheres exploradas e oprimidas de nosso país a toda sociedade.



Movimento de Mulheres Olga Benario
 Jornal do Movimento de Mulheres Olga Benario
 Contra a violência, pela igualdade de direitos e pelo socialismo
 Todas ao Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Olga Benario!

1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Olga Benario
 11 a 14 de maio de 2010

Nossas propostas para acabar com a violência contra a mulher
 Página 1

Denuncie o assédio nos transportes
 Página 2

Mulheres na luta contra o Dilema Militar
 Página 4





Para nos libertar é preciso nos organizar e lutar

"A gente precisa se organizar"

Isso é o que mais escutamos depois que começamos a ter consciência de que é preciso fazer alguma coisa para mudar essa realidade. Pode ser na comunidade, no trabalho, no bairro, na escola ou na universidade.

Pode ser por causa de alguma situação de violência contra a mulher, a necessidade de uma creche, de uma casa para morar, o baixo salário ou a necessidade de ter uma maior participação política na sociedade.

No mundo capitalista e machista em que vivemos, é comum pensar que a organização das mulheres é coisa simples e menos importante, mas não é. Enfrentamos muitos obstáculos para nossa organização: falta de tempo para ir a uma reunião devido ao cuidado da casa e dos filhos e mesmo porque o marido, pai ou namorado coloca obstáculos para nossa participação.

Mulheres que começam a questionar o machismo e as injustiças existentes na sociedade e começam a defender seus direitos também sofrem pressões em casa de seus familiares, de companheiros e até de filhos. Para não se sentirem frágeis, precisam do apoio e da presença de outras mulheres, não como um ombro amigo, mas como uma organização de proteção mútua e de luta, que faça a pressão contrária, que mostre aos familiares e à vizinhança que a luta é por todas e todos, e só



Conferência de Mulheres das Américas - SP | 2012

assim poderemos conquistar uma sociedade solidária e justa.

A realidade é que todas as conquistas que tivemos, ao longo dos anos, como delegacias especializadas, casas-abrigo, a Lei Maria da Penha, entre outras, só foram alcançadas com muita organização e ousadia. Se quisermos respeito, igualdade, salário igual, acabar com a violência, precisamos enfrentar todos esses obstáculos e lutarmos para transformar a sociedade.

Queremos nossos direitos respeitados e o fim da impunidade dos agressores. Fim de todo tipo de discriminação e a construção de creches e restaurantes populares. Mas queremos muito mais, queremos construir uma sociedade nova para nós e para nossas famílias.

Mas não poderemos alcançar esse objetivo se não nos organizarmos e lutarmos. Temos que ocupar um papel ativo na luta por transformações econômicas, sociais e políticas na sociedade. Construir um poder popular que realize mudanças sociais e transforme essa velha sociedade capitalista, que oprime e violenta a mulher, em uma sociedade nova, justa e igualitária.

Convocamos todas as mulheres brasileiras, trabalhadoras, indígenas, donas de casa, jovens, idosas, da cidade e do campo, para levantar a bandeira do Socialismo. **Vamos juntas construir um poderoso Movimento Olga Benário!**



Seminário Nacional do Olga Benário na PB



Para nos libertar é preciso nos organizar e lutar

✧ **Como se organizar:** Para participar do Movimento Olga Benario basta ingressar em um dos núcleos do Movimento, ir às reuniões e ter disposição para lutar por nossas reivindicações. Você também pode organizar um núcleo de mulheres no seu local de trabalho, no bairro onde mora ou onde você estuda. Construir os atos pelos nossos direitos, organizar manifestações, participar dos cursos de formação e de plenárias, enfim, participar e desenvolver atividades militantes.



Manifestação em Manaus - Contra a violência à mulher

✧ **Núcleos:** Núcleos são espaços onde as mulheres se reúnem, com lugar e periodicidade definida pelas companheiras que o compõe, e têm três objetivos: organização, formação política e planejamento das lutas, a ação prática.

✧ **A sustentação:** Para garantir nossa independência política, o Movimento Olga Benario tem por princípio a autossustentação. Ou seja, os núcleos devem pensar e realizar atividades que garantam os recursos financeiros para mantê-los e ajudar na construção do Movimento em todo o país.



Encontro de Núcleos do Movimento Olga Benario - PE



Palavras de ordem



Nossas palavras de ordem

- Garantia de emprego e igualdade salarial para as mulheres (salário igual para trabalho igual);
- Produção social voltada para a satisfação das necessidades de toda a sociedade e de maneira particular às mulheres;
- Igualdade de participação para as mulheres nas decisões políticas do país, estados e municípios;
- Igualdade plena no trabalho: assistência social para as mulheres trabalhadoras; direito à maternidade e amamentação;
- Erradicação da violência contra as mulheres: econômica, social, física, sexual, psicológica, obstetrícia e política;
- Acesso à educação e a formação técnica para o trabalho;
- Melhoria das condições de trabalho e fim da precarização do trabalho feminino;
- Contra o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para o comércio sexual;
- Respeito aos direitos sexuais e reprodutivos: maternidade; planejamento familiar e legalização do aborto. Educação sexual para evitar gravidez de adolescentes e doenças sexualmente transmissíveis;
- Mulheres camponesas: reforma agrária popular, entrega de terra para as mulheres camponesas; soberania alimentar;
- Luta para que o Estado assuma a responsabilidade na criação de serviços sociais que liberem as mulheres das atividades domésticas;
- Fim da discriminação às mulheres! Combate à lesbofobia e transfobia!
- Fim de toda discriminação e segregação étnico-racial! Combate ao racismo!
- Fim da exploração sexual de mulheres e crianças!
- Amplo acesso à saúde, planejamento familiar e direitos reprodutivos!
- Fim das mortes por abortos ilegais! Legalização já!
- Creche nos bairros pobres, nas empresas e fábricas, universidades e escolas!
- Restaurantes populares e lavanderias públicas nos bairros populares!
- Pelo fim da violência de gênero!
- Garantia de acesso à moradia digna para as mães chefes de família!
- Contra a espoliação e roubo das riquezas dos povos e nações!
- Compromisso e luta com a unidade do movimento de mulheres progressista, democrático e anti-imperialista e popular
- Não às guerras imperialistas! Pela paz entre os povos!
- Pela igualdade de direitos e pelo socialismo!



Reprodução: imagem da Internet



As mulheres e a Unidade Popular

A Unidade Popular (UP) é um partido político de mulheres e homens vinculada à história de lutas da classe trabalhadora e na qual as mulheres têm um papel fundamental. O processo de construção da Unidade Popular é de diálogo e de luta conjunta de todas e todos que desejam a transformação social. A UP surge como uma alternativa num cenário político eleitoral, em que os partidos existentes não representam realmente o povo trabalhador e num momento em que o povo está cada vez mais disposto a se organizar e lutar.

Com as mulheres a situação não é diferente. Muitas têm procurado o movimento para se organizar. Isso é fundamental, mas devemos avançar ainda mais. As mulheres devem ocupar cada vez mais seu lugar na política.

Hoje no nosso país as mulheres ocupam cerca de 10% do Parlamento. E, ainda assim, poucas representam, de fato, as mulheres trabalhadoras. Precisamos, portanto, ocupar todos os espaços políticos para denunciarmos a opressão e a exploração a que somos submetidas.

Para tanto, é indispensável termos um partido político comprometido com a luta pela libertação da mulher e por seus direitos. Por isso, o Movimento de Mulheres Olga Benario constrói a Unidade Popular (UP) por entender que a luta das mulheres não é só por suas questões específicas. Essa luta específica está ligada a uma luta geral pela transfor-



Manifestação em SP



Candidata do Olga, a Vereadora de Porto Alegre

mação da sociedade, a luta pela sociedade socialista.

A Unidade Popular pelo Socialismo (UP) propõe, assim, a unidade de todas as forças populares pela defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, pela taxação das grandes fortunas, pela suspensão imediata dos pagamentos da famigerada dívida pública, pela reforma agrária, pelo controle dos preços dos alimentos, da água e da luz e um controle rigoroso das remessas de lucros para o exterior.

Construir a Unidade Popular se tornou uma tarefa urgente e inevitável para arregimentar as massas trabalhadoras, as mulheres e a juventude para a luta contra o oportunismo político, para desgastar ainda mais o Estado burguês e o sistema capitalista, e para acumular forças na luta pelo socialismo no Brasil e na América Latina. Junte-se a nós!



Coleta de apoio para a UP - PA



Quem foi Olga Benario

Olga nasceu em 12 de fevereiro de 1908, em Munique, Alemanha. Seu pai, Leo Benario, alemão, advogado social-democrata. Sua mãe, Eugénie Gutmann, filha de uma rica família judia. Adolescente, interessou-se pela leitura marxista, mas não foram os livros que lhe despertaram a consciência revolucionária, e sim a leitura dos processos em que seu pai defendia os trabalhadores. Pouco depois de completar 15 anos, ingressou na Juventude Comunista Alemã. Devido à sua destacada atuação política, foi logo aceita nas fileiras do Partido Comunista da Alemanha (PCA).



Olga ganhou a confiança do grupo, assumindo as tarefas mais difíceis, inclusive algumas rejeitadas por todos até então, como pichar o centro da cidade. A firmeza, a dedicação e sua beleza despertavam intensas paixões entre os companheiros, e ela apaixonou-se cedo por Otto Braun, um jovem de 22 anos, mas já experimentado militante com participação ativa na revolução de 1919, sob o comando de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

Antes mesmo de completar 18 anos, ela deixou a confortável casa dos pais e foi morar com o namorado num bairro operário de Berlim, o Neukölln. Era uma militante incansável: manifestações de rua, pichações, panfletagens nas portas das fábricas e apoio às greves operárias, bem como círculos de estudos com jovens trabalhadores eram sua rotina diária. Ela fazia sempre uma reivindicação nunca atendida pela direção do Partido: treinar militarmente os jovens, para enfrentarem os grupos nazistas, cada vez mais ousados, e a própria polícia do Estado, que agredia violentamente as massas nas manifestações de rua.

Em outubro de 1926, Otto Braun foi preso como suspeito de "alta traição à pátria". Também detida, Olga foi solta dois meses depois e não conteve sua alegria quando recebeu da direção do Partido a incumbência de organizar uma equipe, e chefá-la pessoalmente, numa ousada ação: tirar Otto da prisão de Moabit.

No dia 11 de abril de 1928, sob comando de Olga, a Juventude Comunista Alemã liberta Otto Braun durante um julgamento no tribunal. Caçados por toda a Alemanha, Olga e Otto fogem para o primeiro país socialista do mundo, a União das Repúblicas

Socialistas Soviéticas (URSS). Na União Soviética passou a acompanhar a organização da Juventude Comunista em vários países da Europa e foi eleita para a direção da organização. Foi aceita na Escola da Força Aérea, onde fez cursos de paraquedismo e pilotagem de aviões. Treinou também no Regimento de Cavalaria, aprendeu a lidar com artilharia e a manejar armas pesadas.

Em 1934, aos 26 anos, Olga recebeu do secretário da III Internacional, organização mundial dos comunistas, uma tarefa especial: acompanhar e dar segurança pessoal a um líder revolucionário latino-americano que tinha decidido voltar ao seu país e comandar uma revolução. Olga aceitou a missão e foi apresentada a Luiz Carlos Prestes.

Olga planejou a viagem dos dois como se fossem um casal rico para despistar a polícia política. Durante a viagem, tornaram-se um casal de fato. Ao chegarem ao Brasil, em abril de 1935, encontraram em andamento um grande e pujante movimento de massas Aliança Nacional Libertadora.

AANL juntava operários, camponeses, estudantes, que tinham interesses contrários ao modelo econômico capitalista no país. O governo de Getúlio Vargas decretou a ilegalidade da ANL e a mobilização de massas refluiu. A saída aprovada pelo Partido Comunista foi desencadear uma insurreição, mas o movimento foi derrotado. Assim, o país viveu sob estado de sítio, milhares de militantes e simpatizantes foram presos. A maioria dos dirigentes do Partido Comunista suportou as torturas ferozes. A polícia política prendeu Prestes e Olga no dia 5 de março de 1936, no Rio de Janeiro.



Olga (última fileira) com a Liga Juvenil, minutos antes de invadir a prisão de Moabit



Quem foi Olga Benario

Olga, apesar de estar grávida e, por isso, tendo garantida pela Constituição Federal a permanência no país, foi entregue a Hitler pelo então presidente Getúlio Vargas. No dia 18 de outubro, dava entrada na prisão da Gestapo, em Berlim, onde, em 27 de novembro de 1936, deu a luz à sua filha Anita Leocádia. Anita se tornou militante comunista, como os pais, e historiadora. Escreveu assim sobre esse momento:

"A 27/11/1936, na enfermaria da prisão de Barmins-trasse deu-se o meu nascimento. A coragem e o extraordinário controle emocional de Olga permitiram que eu nascesse forte e saudável. Mas minha mãe sofreu complicações, que a forçaram a permanecer internada nessa enfermaria durante um mês. Meu nome, Anita Leocádia, foi escolhido por ela em homenagem a duas mulheres fortes – Anita Garibaldi e Leocádia Prestes", esta última, sua avó paterna.

Da prisão berlinense Olga foi conduzida para o campo de concentração de Lichtenburg, e depois para o de Ravensbruck. Olga não se desesperou, conquistou a liderança daquelas prisioneiras. Procurava despertar sua consciência dando aulas, mostrando as causas de estarem ali, organizando dramatizações; fez um mapa-mundi para lhes explicar o desenvolvimen-

to da guerra e mostrava a União Soviética, país que derrotaria com certeza, como de fato, derrotou o monstro nazifascista. Recebeu várias punições por desenvolver essas atividades: meses em solitárias fétidas e insalubres, chicotadas e outros tipos de tortura, mas nunca recuou.



Olga escoltada por policiais

A hora de Olga chegou em fevereiro de 1942, pouco antes de ela completar 34 anos de idade. Quando seu nome foi chamado, nos minutos que lhe deram para sair da cela e ir para o veículo que a conduziria à morte, ela deixou um bilhete no qual, depois de falar do grande amor que sentia pelo marido e por sua filha, escreveu: "Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo. Até o último momento manter-me-ei firme com a vontade de viver.

Beijo-os pela última vez. Olga".



Calendário de Lutas

29 de janeiro:

Dia nacional da visibilidade de trans.

07 de fevereiro: Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas.

24 de fevereiro: Nesse dia, em 1932, no Brasil, as mulheres conquistaram, pela primeira vez, o direito de votar.

08 de março: Dia Internacional de luta das Mulheres Trabalhadoras.

21 de março: Dia Internacional pela erradicação da discriminação racial.

01 de maio: Dia Internacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores.

17 de maio: Dia Internacional de luta contra a homofobia.

18 de maio: Dia Nacional de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

28 de maio: Dia Internacional da luta pela saúde da mulher e dia nacional de redução da morte materna.

27 de julho: Dia Internacional da mulher negra latino-americana e caribenha.

09 de agosto: Dia Internacional dos Povos Indígenas.

29 de agosto: Dia da Visibilidade Lésbica.

05 de setembro: Dia Internacional da Mulher Indígena.

23 de setembro: Dia Internacional contra a exploração sexual e o tráfico de mulheres e crianças

28 de setembro: Dia pela descriminalização do aborto na América e Caribe

10 de outubro: Dia Nacional de luta contra a violência à mulher

25 de outubro: Dia internacional contra a exploração da mulher

20 de novembro: Dia da consciência negra

25 de novembro: Dia internacional de combate à violência contra as mulheres

1º de dezembro: Dia Mundial de Combate à Aids

10 de dezembro: Dia Internacional



Anexos

Conferência Mundial das Mulheres de Base

Na semana em que se comemorou o Dia Internacional da Mulher, cerca de 2.000 mulheres, de 40 países, participaram da Primeira Conferência Mundial de Mulheres de Base, em Caracas, capital da Venezuela. O Brasil esteve representado por 21 delegadas, de oito estados, do Movimento de Mulheres Olga Benario.

A abertura da Conferência foi no dia 04 de março de 2011, no espaço Novo Circo. Na ocasião, Dilla Mejías, coordenadora do Movimento de Mulheres Ana Soto, saudou as delegadas participantes em nome do Comitê Preparatório da Conferência. Ainda na abertura, houve uma homenagem, realizada pela Confederação de Mulheres Equatorianas pelas Mudanças (Confemec) a Clara Zetkin, grande dirigente comunista e propositora do Dia 8 de Março, na Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, capital da Dinamarca, em 1910. O ato de abertura teve diversas apresentações culturais.

Nos dias 05,06 e 07, os 12 grupos temáticos de discussão se desenvolveram na Universidade Bolivariana da Venezuela. As delegadas brasileiras se dividiram em cinco destes temas: a dupla opressão da mulher; as mulheres trabalhadoras; as mulheres jovens; as conquistas das mulheres nas experiências socialistas no século 20; e mulher e participação política. Em todos os grupos as delegadas tiveram a possibilidade de compartilhar experiências, conhecer diferentes realidades, discutir os problemas que sofrem as mulheres e principalmente desenvolver propostas para o fim da exploração e da opressão da mulher trabalhadora.

Foi unânime o entendimento de que o grande responsável pela exploração e opressão da mulher em todo o mundo é o sistema capitalista, fortalecido por uma cultura patriarcal, só sendo possível a emancipação efetiva da mulher com a construção da sociedade socialista. Ficou clara, nas discussões, a necessidade de desconstruir os conceitos patriarcais que estimulam a violência contra a mulher, bem como as desigualdades no mercado de trabalho, exemplos que foram citados nos relatos.

Na assembleia geral, na tarde do dia 07, as propostas de todos os grupos foram aprovadas por consenso. Entre as resoluções mais importantes aprovadas está aquela segundo a qual o movimento de mulheres combativo deve trabalhar pela unidade, aprendendo com as experiências e lutando em conjunto por todas as reivindicações das mulheres trabalhadoras. Reafirmou-se também que uma das bases fundamentais para alcançar o socialismo é a participação da mulher nesse processo. E ainda resgatar a história combativa da mulher trabalhadora contra o capitalismo, pela libertação da humanidade e pelo Dia Internacional da Mulher. E mais: apoiar as esposas e mães dos cinco patriotas cubanos presos injustamente nos Estados Unidos e lutar pela liberdade do estudante Marcelo Rivera, preso no Equador por defender uma reforma universitária popular.

No último dia da conferência, 08 de março, centenas de mulheres participantes da Conferência marcharam pelas ruas de Caracas em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. A marcha foi marcada por grande combatividade, resgatando o significado histórico da data. Diversas entidades e movimentos saudaram a Conferência. Fernanda Lopes falou em nome do Comitê Olga Benario do Brasil, reafirmando a necessidade histórica de a classe trabalhadora construir a revolução socialista em seus países. Ao final, a Conferência revelou que a luta das mulheres ao longo dos séculos variou um pouco em sua forma, mas não em seu conteúdo principal, pois o ponto fundamental ficou muito claro: a libertação integral da mulher só é possível com a transformação radical da sociedade capitalista em socialista.

Somente em uma sociedade na qual não seja aceita a exploração entre seres humanos, em que todos tenham igualdade de condições para se desenvolver, na qual todos sejam realmente iguais e os relacionamentos não se baseiem em relações de propriedade, em que as diferenças não sejam consideradas justificativa de opressão e em que toda a riqueza produzida seja distribuída entre todos seus produtores, só aí é que teremos plenas condições materiais para eliminar todas as formas de opressão a que as mulheres historicamente são submetidas. Com esse foco bem definido, a luta das mulheres mundialmente tende a se aprofundar, radicalizar e a acelerar essa transformação. ✨



Resolução Final da Conferência Mundial de Mulheres de Base

Estamos unidas por princípios fundamentais e nossas ações são: a libertação da mulher e a luta contra o imperialismo, que explora a classe trabalhadora em todo o mundo; lutamos contra a fome, o desemprego em massa e a destruição do meio ambiente; combatemos a dependência a que o imperialismo tem submetido os povos e nações, assim como o neocolonialismo e o colonialismo. Afirmamos que a mudança é uma necessidade histórica e não algo formal nem de pessoas, uma transformação do sistema capitalista que é a causa da crise e dos graves problemas que enfrenta a humanidade.

O mundo de justiça que queremos abrange muitas formas de lutas, experiências, organizações. Muitas de nós trabalhamos pela alternativa do socialismo como resposta às aspirações de um mundo melhor. As ideias sobre o socialismo são diferentes e, por isso, consideramos necessário o debate de perspectiva para fundamentar a luta das mulheres, para elas se incorporarem às fileiras, para conquistarem seus direitos; a luta contra a exploração sexual de mulheres, crianças e jovens; por salários iguais e pelo direito a um trabalho digno e seguro; por direitos sociais e proteção ao meio ambiente; contra o racismo e a xenofobia; e pelo direito à participação política com igualdade de condições.

A lição mais importante da conferência foi a de que tais propósitos só serão alcançados se o movimento de mulheres combativo cooperar estritamente, em escala mundial; se elas se unirem e aprenderem com suas experiências e ações. A lição mais importante da Primeira Conferência Mundial de Mulheres – Caracas/Venezuela, 2011, é que estes propósitos só serão alcançados se o movimento de mulheres combativo, cooperar estritamente em escala mundial; se unem e aprendem com suas experiências e ações.

A base imprescindível para alcançar os objetivos do movimento combativo de mulheres dos diferentes países é ganhar as mulheres da classe e dos setores explorados, as mulheres progressistas, democráticas, as intelectuais, cientistas, artistas e as jovens.

Decidimos realizar novas conferências de mulheres, em escala nacional, regional, continental e mundial, que constituirão processos de avanço e fortalecimento do movimento combativo de mulheres. Devemos realizar a conferência mundial a cada cinco anos, alternando a sede entre as distintas regiões e continentes do mundo.

Convocamos, para dentro de um ano, o Comitê para avaliar as múltiplas experiências desta Primeira Conferência Mundial de Mulheres. E este balanço devemos fazer, antes, em nossos países e organizações, para dimensionar os objetivos alcançados e as limitações do processo de preparação e realização.

Na preparação e avaliação dos encontros nacionais, regionais e continentais da Ásia, África, Oriente Médio, Europa, América Latina e América do Norte, o Comitê Mundial, que trabalhou pela Primeira Conferência Mundial, se mantém, provisoriamente, por um ano, sem constituir uma organização mundial. Sua designação será feita em cada encontro regional ou continental, com duas delegadas titulares e duas suplentes de cada região ou continente. Esta configuração pode ampliar-se de acordo com as necessidades da preparação da segunda conferência e, no país-sede, serão designadas mais duas delegadas para o comitê mundial preparatório.

A designação das representantes do Comitê Mundial Preparatório da Segunda Conferência deve ser resultado de um processo democrático, inclusivo e de fortalecimento do movimento combativo de mulheres. O Comitê Mundial Preparatório da Segunda Conferência realiza funções de coordenação. Não responde a nenhuma estrutura orgânica e política e trabalhará de maneira democrática, horizontal e com respeito à autonomia dos países e organizações participantes; continua seus trabalhos embasados nos princípios e demais documentos aprovados pela Primeira Conferência Mundial de Mulheres.

A Primeira Conferência Mundial de Mulheres – Venezuela, 2011, resolve que o movimento combativo de mulheres em cada país deve concentrar suas forças em três dias de luta em nível mundial; mas, também, desenvolvendo diferentes ações de luta, solidariedade e mobilização.

Todos os anos faremos uma campanha para reconquistar a importância do 8 de Março como um dia de homenagem e de luta das mulheres que combatem no mundo contra o domínio do capitalismo, o patriarcado, contra o imperialismo e pela liberdade da humanidade.

No 1º de maio, dia de luta de todos os trabalhadores do mundo, devemos impulsionar, em particular, a luta pela conquista dos direitos das mulheres trabalhadoras e contra a exploração do trabalho infantil. No dia 25 de novembro, dia de luta contra a violência contra a mulher, é importante denunciar as formas de violência, de maneira especial as praticadas contra as que sofrem em consequência das agressões e das guerras impe-



rialistas contra os povos, nas quais mulheres se convertem em vítimas e troféus de guerra.

Declaramos que a luta do movimento de mulheres combativo do mundo é parte insubstituível da luta dos trabalhadores, dos povos e da humanidade inteira pela sua emancipação. Cooperemos solidariamente para além das fronteiras nacionais e da diversidade dos idiomas e das formas de luta! Aproveitemos as riquezas e potencialidades das nossas experiências e culturas. Façamos uso das distintas formas de comunicação, coordenação e cooperação para aprofundar e ampliar nosso trabalho, rompendo o cerco tecnológico, através de formas alternativas de comunicação e solidariedade entre nós, para fortalecer o Movimento de Mulheres, que trabalha para conquistar nossa liberdade.

**Viva a Conferência Mundial do Movimento Combativo das mulheres!
Caracas, 8 de março de 2011**



Carta do Recife

Nos dias 03 e 04 de maio de 2014, na cidade do Recife, Pernambuco, o Movimento de Mulheres Olga Benario realizou seu 1º Encontro Nacional, reunindo mais de 250 mulheres de 13 estados do país.

A abertura do encontro, dirigida por Guita Kozmhinsky, contou com a presença da secretária da Mulher do Recife, Silvia Cordeiro; da secretária da Mulher do Estado de Pernambuco, Cristina Buarque; de Madalena Silva, representando a Secretaria da Mulher da CUT-PE; de Elzanira Silva, em nome do MLB-PE, de Ceíça Axé, da Rede das Mulheres de Terreiro de Pernambuco; de Marta Almeida pelo Movimento Negro Unificado; da Irmã Celina, de Maria de Socorro Abreu e Lima, e do presidente do Centro Cultural Manoel Lisboa de Pernambuco Edival Nunes da Silva Cajá.

Após compor a mesa, a companheira Vivian Mendes, que coordenava os trabalhos, apresentou 50 nomes de mulheres vítimas da Ditadura Militar fascista, acompanhados por um forte coro de todo o plenário que dizia "Presente, agora e sempre!". Ainda na abertura, foram homenageadas Maria do Socorro Abreu e Lima, militante da Ação Popular, que lembrou do nome de outras mulheres importantes do período, destacando Criméia Schmidt de Almeida, que teve seu filho na prisão e cujo companheiro foi assassinado na Guerrilha do Araguaia, mas nunca desistiu da luta por memória, verdade e justiça; Irmã Celina, que militava na Arquidiocese de Olinda e Recife, junto com D. Helder Câmara, em um período de grande perseguição à Igreja, como no caso do assassinato do Padre Henrique. Em seu discurso, a Irmã Celina defendeu o socialismo e destacou a importância da luta da juventude. Também foi homenageada D. Elzita Santa Cruz, que completou recentemente 100 anos, representada por seu filho, o vereador de Olinda Marcelo Santa Cruz. D. Elzita é reconhecida nacionalmente por sua árdua e incansável luta pela busca dos restos mortais de seu outro filho, Fernando Santa Cruz, assassinado pela ditadura em março de 1974.

O Encontro teve ainda apresentações culturais com músicas nos ritmos do chorinho, frevo e roda de coco. As mulheres presentes participaram das apresentações cantando e dançando junto com os artistas. A violência contra a mulher foi tema de destaque no primeiro dia do evento.

Em sua intervenção, Raphaella Mendes, de Minas Gerais, falou em nome do Movimento de Mulheres Olga Benário e expôs a situação das mulheres vítimas da violência no país, em especial, das que dependem do Estado para sair da situação em que vivem. Ficou evidente nos debates que o sistema capitalista não combate a violência contra a mulher, mas, pelo contrário, estimula-a ao expor a mulher como objeto em seus meios de comunicação.

O plenário participou intensamente, expondo as suas próprias experiências de opressão e violência e que a superação dessas violações depende da organização e da luta das mulheres.

No segundo dia do encontro, as mulheres se dividiram em sete grupos temáticos: mulher jovem; o impacto da Copa da Fifa sobre as mulheres; mulher, gênero e etnia; mulher e saúde; mulher e trabalho; a situação da mulher na América Latina; a organização das mulheres. Os grupos apresentaram propostas na plenária final, que aconteceu à tarde, onde foram apresentadas sínteses das discussões dos grupos e aprovadas diversas propostas e uma coordenação nacional composta por 33 companheiras de todos os estados presentes. 



Glossário

Comunismo primitivo: Forma social de produção que existiu durante muitos milênios na vida de todos os povos, sendo a mais primitiva etapa de evolução da sociedade. Foi nesse período que começou o desenvolvimento da sociedade. Na sociedade comunista primitiva, não existia nem poderia existir a exploração do homem pelo homem. O trabalho era dividido entre homens e mulheres. O posterior desenvolvimento das forças produtivas da sociedade primitiva provocou a mudança das relações de produção até então vigentes. O comunismo primitivo decompôs-se lentamente com o aparecimento de novas necessidades materiais, as quais determinaram a substituição do comunismo primitivo por uma sociedade dividida em classes e o nascimento da propriedade privada (L. Segal, O Desenvolvimento Econômico da Sociedade).

Família: A família representa um grupo social primário que influencia e é influenciado por outras pessoas e instituições. É formado por indivíduos ou um número de grupos domésticos, ligados por descendência (demonstrada ou estipulada) a partir de um ancestral comum, matrimônio ou adoção. Dentro de uma família existe sempre algum grau de parentesco. A família é unida por múltiplos laços capazes de manter os membros moralmente, materialmente e reciprocamente durante uma vida e durante as gerações. No interior da família, os indivíduos podem constituir subsistemas, formados pela geração, sexo, interesse e função, havendo diferentes níveis de poder, e onde os comportamentos de um membro afetam e influenciam os outros membros. A família como unidade social enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento, diferindo em nível dos parâmetros culturais, mas possuindo as mesmas raízes universais (MINUCHIN, 1990). Na obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Friedrich Engels cita o antropólogo Lewis Morgan: "A família é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos; só depois de longos intervalos, registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente". Monogamia: Regime ou costume no qual o homem ou a mulher tem apenas um cônjuge, enquanto se mantiver vigente o seu casamento.

Femicídio: Homicídio praticado contra a mulher por razões da sua condição de sexo feminino: quando

envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de ser mulher.

Feminismo: O feminismo é um conjunto de ideias e práticas que preconizam a igualdade entre os sexos e a redefinição do papel da mulher na sociedade, buscando subverter, mudar, transformar a sociedade patriarcal em que vivemos. Não significa, portanto, o oposto ao termo machismo.

Feminismo liberal ou pequeno-burguês: O feminismo liberal é essencialmente burguês porque não é uma teoria baseada no coletivo, ou seja, sua forma de ação e representatividade é individual, suas reivindicações, discursos e palavras de ordem são em prol do indivíduo e não da classe operária. Em significado literal, o "feminismo liberal é uma forma individualista da teoria feminista, que se concentra principalmente na capacidade das mulheres de mostrar e manter sua igualdade através de suas próprias ações e escolhas". Isso mostra o tipo de teoria pernicioso que se coloca atualmente entre as mulheres, que nas suas justas e mais que necessárias reivindicações, se veem recrutadas pelo liberalismo e deixam de defender os interesses e as reivindicações das mulheres da classe operária para servir ao capital e à burguesia.

Feminismo revolucionário ou classista: Sustenta-se com base na teoria marxista-leninista. Diferente de outras tendências, reivindica que a causa da discriminação das mulheres não se pode entender somente com a análise de gênero e, por essa razão, propõe a vinculação da análise das classes e da luta de classes, do caráter da sociedade em que vivem as mulheres (condição de classe) e da condição cultural. Defende que há uma condição específica de opressão vivenciada pelas mulheres, cuja origem é indissociável ao surgimento da propriedade privada dos meios de produção e das relações sociais de produção existentes e, portanto, a libertação e a emancipação das mulheres só é possível com o fim da sociedade capitalista e a construção de uma nova sociedade, a sociedade socialista.

Gênero: A palavra "gênero" começa a ser utilizada nos anos 1980 pelas feministas americanas e inglesas, para explicar a desigualdade entre homens e mulheres concretizada em discriminação e opressão das mulheres. Nessa época, as investigações sobre a condição social das mulheres já apontavam uma forte desigualdade



entre homens e mulheres, que tendia a aumentar conforme a classe social, raça, etnia e outras condições de vida. O sexo é uma categoria biológica insuficiente para explicar os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher. "Gênero" veio como uma categoria de análise das ciências sociais para questionar a suposta essencialidade da diferença dos sexos, a ideia de que mulheres são passivas, emocionais e frágeis; homens são ativos, racionais e fortes. Na perspectiva de gênero, essas características são produto de uma situação histórico-cultural e política; as diferenças são produto de uma construção social.

Homofobia: Discriminação com base na orientação sexual de homossexuais.

Lei Maria da Penha: Denominação popular da Lei n.º 11.340/2006, que é um dispositivo legal brasileiro que visa a aumentar o rigor das punições das agressões contra as mulheres quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. Tem por objetivo a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

Lesbofobia: Discriminação com base na orientação sexual de lésbicas.

Machismo: Como uma das expressões do patriarcado, o machismo é um conjunto de ideias e práticas que considera a inferioridade e a subordinação da mulher em relação ao homem.

Matriarcado: é um termo aplicado à sociedade, nas quais o papel de liderança e poder é exercido pela mulher e especialmente pelas mães de uma comunidade. A etimologia de matriarca deriva do grego *mater* ou mãe e *archein* (arca) ou reinar, governar. Apesar de fontes arqueológicas confirmarem amplamente a existência de divindades femininas, a realidade de uma sociedade matriarcal é por vezes contestada.

Modo de produção: O modo de produção capitalista se caracteriza pela propriedade privada dos meios de produção (isto é, instrumentos, ferramentas, terra,

máquinas, matéria-prima, instalações, etc) e pela exploração dos trabalhadores assalariados pelos donos desses meios de produção. Nesse modo de produção, duas são as principais classes: a burguesia ou classe capitalista, proprietária dos meios de produção, e, do outro lado, os operários, que são obrigados a vender sua força de trabalho à burguesia em troca de um salário. O objetivo maior do capitalismo é garantir o lucro e a acumulação de capital a uma minoria de pessoas, a burguesia, em detrimento da imensa maioria da sociedade. No modo de produção socialista, a propriedade dos meios de produção é social e todos os avanços tecnológicos, progressos técnicos e máquinas são utilizados em benefício dos que trabalham e produzem as riquezas e não de uma minoria exploradora. Com as relações socialistas de produção ocorre uma mudança radical: a produção deixa de ter como objetivo o lucro capitalista e passa a atender e satisfazer às necessidades de toda a sociedade. Cessam as crises econômicas de superprodução porque, agora, todos os consumidores estão em condições de consumir. No socialismo, também não existe a exploração do homem pelo homem nem a anarquia da produção e a economia tem uma direção planejada, com todos os membros da sociedade participando da produção, da distribuição e da administração das riquezas produzidas.

Patriarcado: Sistema familiar, social, ideológico e político no qual os homens, por meio da força, da repressão direta, dos rituais, da tradição, da lei, da linguagem, dos costumes, dos rótulos, da educação e da divisão do trabalho impõem submissão à mulher. O poder patriarcal é exercido não somente sobre as mulheres, mas também sobre outros grupos humanos a partir de condições ou características desvalorizadas socialmente, como pertencer a certos grupos de idade (jovens, crianças e idosos), a origem étnica (indígenas, orientais, negros, entre outras), a orientação sexual (lésbicas, bissexuais), condições de saúde, entre outros.

Revolução Russa: A Revolução Russa de 1917 foi um período de conflitos, iniciado em 1917, que derrubou a autocracia russa e levou ao poder o Partido Bolchevique, de Vladimir Lênin. Recém-industrializada e sofrendo com a Primeira Guerra Mundial, a Rússia tinha uma grande massa de operários e camponeses trabalhando muito e ganhando pouco. Além disso, o governo absolutista do czar Nicolau II desagradava o povo que queria uma liderança menos opressiva e



mais democrática. A soma dos fatores levou a manifestações populares que fizeram o monarca renunciar e, no fim do processo, deram origem à União Soviética, o primeiro país socialista do mundo, que durou até 1991.

Sexo: Refere-se à divisão biológica entre o macho e a fêmea identificada pelos órgãos sexuais (genitálias): masculino (pênis) e feminino (vagina).

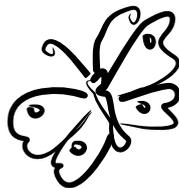
Sexismo: Neologismo oriundo do inglês sexism, termo que se refere ao conjunto de ações e ideias que privilegiam determinado gênero ou orientação sexual em detrimento de outro gênero (ou orientação sexual). De maneira geral, o termo é usado como exclusão ou rebaixamento do gênero feminino. Trata de uma posição, que pode ser praticada tanto por homens quanto por mulheres; portanto, o sexismo está presente intragêneros tanto quanto entre gêneros. De acordo com Karin Ellen von Smigay, diversas culturas possuem "um vasto conjunto de representações socialmente partilhadas, de opiniões e de tendência a práticas que desprezam, desqualificam, desautorizam e violentam as mulheres, tomadas como seres de menor

prestígio social". Assim, de acordo com esta autora, o sexismo acaba "legitimando a violência contra mulheres e todos aqueles que, em determinadas circunstâncias, são reconhecidos como tendo uma posição feminilizada". De acordo com esta análise, sexismo e homofobia estão estreitamente relacionados.

Transfobia: Discriminação com base na identidade de gênero de pessoas transexuais.

Violência de gênero: Comportamento deliberado e consciente do opressor, que provoca lesões corporais ou psicológicas à vítima para manter os privilégios de seu gênero, que, expressa-se com o masculino se sobrepondo ao feminino.

Violência sexual: É qualquer ato sexual ou tentativa de ato sexual indesejado, investida ou comentário sexual não desejado, assim como quaisquer outros contatos e interações de natureza sexual efetuados por uma pessoa sobre a outra, contra a sua vontade.





Dicas de Leitura

- August Bebel
A mulher e o Socialismo
- Alexandra Kolontai
- *Marxismo e Revolução Sexual*
- *A nova mulher e a moral sexual*
- Friedrich Engels
- *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*
- *O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*
- Karl Marx;
Friedrich Engels e Lênin
Sobre a Mulher
- Karl Marx
Sobre o suicídio
- Lênin
- *O Socialismo e a emancipação da mulher*
- Georges Politzer
Princípios Fundamentais de Filosofia
- Heleieth Saffioti
- *A Mulher na Sociedade de Classes*
- *Gênero, Violência e Patriarcado*
- *O Poder do Macho*
- *Emprego Doméstico e Capitalismo*
- *A questão da Mulher na perspectiva socialista*
- *Trabalho feminino e Capitalismo*
- Mirla Cisne
Feminismo e Consciência de Classe no Brasil
- Ruth Wener
Romance Biográfico de Olga Benário (A história de uma mulher corajosa)
- Fernando Morais
OLGA - a Vida de Olga Benario Prestes
- Gilbert Badia
Biografia de Clara Zetkin Vida e Obra
- Máximo Gorki
A Mãe (Romance)
- Elisabeth Lobo
A Classe Operária tem dois sexos
- Samora Machel; J. Posadas; Paul Lafargue, Vito Kapo e outros
A Libertação da Mulher
- CIPOML
Sobre o trabalho de Mulheres
- Sheila Rowbotham
O movimento de mulheres e a organização para o socialismo
- Amelinha Teles
- *O que é a violência contra a mulher*
- *Da Guerrilha à imprensa: A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975 - 1980)*
- *Breve história do feminismo no Brasil*
- Isabel Larguia e John Dumoulin
Uma ciência para a libertação da mulher
- Mauro Iasi
Trabalho doméstico e valor
- Ângela Davis
Gênero, Raça e Classe
- Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), e Secretaria dos Direitos Humanos (SEDH)
Luta, substantivo feminino
- Célia Maria Marinho de Azevedo
- *Onda Negra Medo Branco (O negro no imaginário das elites século XIX)*
- Marta Harnecker
- *O Capital: Conceitos Fundamentais*
- *Exploração Capitalista*
- *Socialismo e Comunismo*
- *Monopólio e Miséria*
- *Luta de Classes*
- *Imperialismo e Dependência*
- *Capitalismo e Socialismo*
- Rachel Moreno
- *A Beleza Impossível*
- *A imagem da Mulher na Mídia*
- Zuleika Alambert
A história da mulher



1º Encontro Estadual do Movimento Olga Benario - AL



Dicas de Filmes

Olga Benario: Olga Benario é uma militante comunista desde jovem, que é perseguida pela polícia e foge para Moscou, onde faz treinamento militar. Lá ela é encarregada de acompanhar Luiz Carlos Prestes ao Brasil para liderar a revolta popular comunista de 1935. Os dois acabam se apaixonando na viagem. Com o fracasso da revolução, Olga é presa com Prestes. Grávida de sete meses, é deportada pelo governo Vargas para a Alemanha nazista e tem sua filha Anita Leocádia na prisão. Afastada da filha, Olga é então enviada para o campo de concentração de Ravensbrück.

Revolução em Dagenham: O filme retrata a greve de 1968 nas fábricas da Ford em Dagenham, que interrompeu a produção enquanto as mulheres protestavam contra a discriminação sexual e lutavam por aumentos salariais. Segundo especialistas, foi uma ação decisiva para que o Parlamento britânico aprovasse o Projeto de Paridade Salarial, de 1970. A trama trata de um tributo à coragem das mulheres dispostas a obter a igualdade entre os sexos no ambiente de trabalho.

25 de julho – Feminismo Negro: O filme discute a importância e o significado do Dia da Mulher Afro Latino-Americana e Caribenha (25 de julho) ao retratar a história de 12 mulheres negras que moram na periferia de São Paulo, lutando diariamente contra a opressão. Busca romper com a invisibilidade dessa data, que é desconhecida pela maioria das pessoas.

Acorda, Raimundo... Acorda! Curta-metragem que aborda a construção social do gênero a partir da vida de um casal de trabalhadores brasileiros que acorda em papéis inversos: Raimundo é dono de casa e cumpre tarefas e comportamen-

tos que seriam próprios de sua mulher, Marta. A partir do recurso do estranhamento e da inversão de papéis entre homens e mulheres, retrata os conflitos e o machismo presente na vida de muitas famílias brasileiras.

A Fonte das Mulheres: Apresenta a história de mulheres de uma aldeia de tradições islâmicas situada na África, que resolvem fazer uma "greve de sexo" para enfrentar o machismo a que estão submetidas (segundo as regras da aldeia, elas são responsáveis por buscar água para as famílias do vilarejo, que sofrem da seca, caminhando grandes distâncias em baixo de sol escaldante, enquanto seus maridos ficam em casa bebendo e jogando). A polêmica decisão provoca uma verdadeira revolução cultural no povoado.

Anjos do Sol: O filme aborda a triste realidade da prostituição infantil no Brasil. Vendida em um leilão de virgens, Maria vai para um prostíbulo num garimpo na Floresta Amazônica. Mesmo conseguindo fugir e ir para o Rio de Janeiro, a prostituição segue sendo seu caminho.

As Hiper Mulheres: Documentário que retrata o maior ritual feminino feito por mulheres indígenas da tribo Kuikuro, localizada no Alto Xingu, em Mato Grosso: o Jamurikumalu. Revela o cotidiano, as músicas tradicionais e sagradas e as relações de gênero que permeiam a realidade dos índios dessa tribo.

As Sufragistas: Através da história de Maud Watts, uma trabalhadora de lavanderia que se engaja com o movimento sufragista, mostra a luta feita pelas mulheres no início do século 20, na Inglaterra, pelo direito ao voto feminino. Um bom retrato do emergente movimento

sufragista e de como era a vida das mulheres que enfrentavam a condição de sujeição no trabalho e no lar, bem como a opressão da polícia e da justiça pela conquista de autonomia e mais direitos para as mulheres.



As Horas: Inspirado no romance de Virginia Woolf, "Mrs. Dalloway", o enredo trata da história de três mulheres em três épocas diferentes: da própria Virginia Woolf, que, em 1923, escrevia "Mrs. Dalloway" e lutava contra uma crise de depressão e ideias de suicídio; de Laura Brown, uma dona de casa grávida na Los Angeles de 1949, que vive uma condição de depressão comum às mulheres de classe média nos Estados Unidos do pós-guerra; de Clarissa Vaughn, uma mulher moderna de Nova York, que dá uma festa para o escritor Richard, um amigo e ex-amante que tem Aids e está morrendo. As três histórias se entrelaçam tendo como ponto comum o romance "Mrs. Dalloway" e o retrato do drama existencial relacionado à condição feminina.

Azul é a cor mais quente: História de Adèle, uma garota de 15 anos que descobre na cor azul dos cabelos de Emma sua primeira paixão por outra mulher. Sem poder revelar a ninguém seus desejos, ela mantém este amor secreto, enquanto trava uma guerra com sua família e com a moral vigente.

Quem matou Eloá: Documentário de Lívia Perez que retrata a forma espetacular, machista que a mídia retratou o assassinato da jovem paulista Eloá Cristina.



Dicas de Filmes

Cairo 678: O drama expõe o abuso sexual e o preconceito contra as mulheres no país. Baseado na história real da primeira mulher a apresentar uma queixa na Justiça por assédio sexual e de outras duas, uma dona de casa que tem medo de usar o transporte público e uma rica designer de joias violentada durante um jogo de futebol e que passa a ensinar outras mulheres a se defenderem

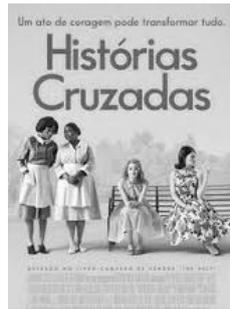
Doméstica: Documentário montado a partir da filmagem feita por sete adolescentes de diferentes regiões e classes sociais do cotidiano de suas empregadas domésticas. O diretor deu uma câmera para cada adolescente, montando o documentário a partir do material bruto recolhido por eles.

Erin Brockovich: Filme biográfico que retrata a história de Erin, mãe solteira de três filhos que trabalha num pequeno escritório de advocacia. Ela luta contra a empresa de energia Pacific Gas and Electric Company (PG&E), após descobrir que a água de uma cidade está sendo contaminada e espalhando doenças entre seus habitantes.

Filhas do Vento: Com elenco formado por atores negros, conta a história de duas irmãs (Cida e Jú), que vivem em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais. Tem como pano de fundo os fantasmas do racismo e da escravidão.

Fim do silêncio: Um filme sobre o aborto inseguro. Mulheres de distintas idades e realidades contam sua experiência com o aborto inseguro, dando visibilidade a este grave problema de saúde pública, ainda tratado como tabu.

Flores Raras: Num dos raros protagonismos de casais homossexuais no cinema brasileiro, retrata o relaci-



onamento lésbico da poetisa americana Elizabeth Bishop com a arquiteta brasileira Lota de Macedo, com seus excessos e belezas, num contexto de ditadura militar.

Frida: Filme que retrata a vida da pintora mexicana Frida Kahlo, abordando sua vida amorosa, artística e política, da adolescência até sua morte.

Garota Dinamarquesa: História verdadeira de Lili Elbe, primeira mulher transsexual a se submeter a uma cirurgia de redesignação genital, e Gerda, companheira que esteve ao seu lado.

Garota, interrompida: Conta a história de Susanna Kaysen, uma garota nos EUA dos anos 1960 que tem o plano de ser escritora, mas, após tomar um vidro de aspirina com vodka, é diagnosticada com distúrbio de personalidade e levada para um Centro de Reabilitação, onde só são internadas garotas consideradas "desajustadas" do convívio em sociedade.

Girl Rising: O filme conta histórias de garotas como Azmera, uma etíope que, aos 13 anos, se recusou a casar à força; Ruksana, uma menina que vivia nas ruas da Índia e cujo pai se sacrificou para garantir educação a filhas; e Wadley, uma menina de sete anos que mora no Haiti e, mesmo sendo rejeitada pelos professores, volta à escola todos os dias.

Histórias Cruzadas: Ambientada numa pequena cidade no estado do Mississippi, durante a gestação do movimento dos direitos civis nos EUA na década de 1960, relata a história de mulheres negras que traba-

ham como domésticas e a opressão que sofrem ao abandonar suas vidas para criar os filhos da elite branca norte-americana.

Lei da Mulher: Curta-metragem documental que traz à tona histórias de diferentes mulheres que foram vítimas da violência – sexual, moral ou psicologicamente. Aborda os avanços trazidos pela Lei Maria da Penha.

Libertem Angela Davis: Documentário que retrata a vida de Angela Davis, professora de filosofia nascida no Alabama (EUA) e conhecida por seu profundo engajamento em defesa dos direitos das mulheres, negros e oprimidos. Ex-militante do grupo Panteras Negras, Angela Davis chegou a entrar na lista das pessoas mais procuradas pelo FBI e, atualmente, é uma das maiores referências do movimento negro, feminista e anticapitalista.

Mercedes Sosa: A voz da América Latina: Documentário sobre o legado da cantora latino-americana Mercedes Sosa.

O Aborto dos Outros: Documentário que registra situações de abortos realizados em hospitais públicos previstos em lei ou autorizados judicialmente e os clandestinos. Expõe suas causas e consequências, evidenciando os efeitos da criminalização para as mulheres.

What Happened, Miss Simone?: Documentário biográfico sobre a vida da cantora, pianista e ativista do movimento negro Nina Simone.

Pariah: Conta a história de Alike, uma garota negra e lésbica, de 17 anos, que vive no Brooklyn (EUA) e sofre diversos conflitos em busca das condições para conseguir afirmar sua identidade sexual.



Dicas de Filmes



Que bom te ver viva: Relata a história de mulheres que foram presas políticas durante a ditadura militar brasileira e enfrentaram situações de tortura. O filme intercala cenas documentais com um monólogo ficcional, que é um amálgama dos relatos e das memórias dessas mulheres.

Que horas ela volta?: Relata a história de Val, nordestina que deixa sua filha nos cuidados de familiares em Pernambuco para trabalhar como empregada doméstica numa família de classe rica em São Paulo. A trama gira em torno do momento em que a filha de Val aparece, 13 anos depois, para prestar vestibular na USP. Ao entrar em contato com a realidade da mãe, a filha começa a questionar a vida e a atitude subserviente que Val possui diante dos patrões.

Sonhos roubados: Retrato da vida de três adolescentes moradoras de uma comunidade carioca que encontram na prostituição uma maneira de conseguir dinheiro para complementar a renda doméstica e satisfazer seus sonhos de consumo. Mesmo com os problemas do dia a dia, elas tentam sonhar com um futuro melhor.

Transamerica: História de uma mulher transexual chamada Bree que, uma semana antes de fazer a cirurgia de transgenitalização, descobre ter um filho de 17 anos que precisa de ajuda.

Uma história Severina: Narra o sofrimento de Severina, moradora do interior de Pernambuco, que, junto com seu marido, peregrina em busca do direito de abortar o feto anencéfalo que carrega no útero.

Vidas de Carolina: Inspirado na vida da catadora de lixo e escritora da década de 1940, Carolina Maria de

Jesus, conta a história de mulheres que sobrevivem atualmente da coleta de resíduos.

Violeta foi para o céu: Drama biográfico sobre a vida da pintora e cantora chilena Violeta Parra, que retratou a vida de seu povo.

Volver: Os conflitos que permeiam a história de três gerações de mulheres de uma família: Raimunda, casada com um operário desempregado, e sua irmã, que ganha a vida como cabeleireira; a filha adolescente de Raimunda; e sua mãe, morta num incêndio. O fantasma da mãe regressa à terra para ajudá-las e para resolver assuntos pendentes.

Tráfico Humano: Centenas de milhares de jovens mulheres desapareceram, forçadas pela violência a uma vida infernal. Elas viram carga rentável na indústria moderna da escravidão. O submundo as chama de tráfico humano. Enquanto uma jovem de 16 anos da Ucrânia, uma mãe solteira da Rússia, uma órfã de 17 anos da Romênia e uma turista adolescente de 12 anos se tornam vítimas de traficantes internacionais, um time especializado de agentes federais luta para expor a rede mundial que as escravizou.

Battle for Sevastopol (Batalha de Sevastopol): A história da mítica Lyudmila Pavlichenko, uma franco-atiradora soviética durante a II Guerra Mundial a quem se atribui a morte de 309 soldados alemães, sendo até hoje considerada a guerrilheira feminina mais bem sucedida na história. Após um combate que a deixou ferida em 1942, Pavlichenko chegou a viajar para o Canadá e para os Estados Unidos, para uma visita pública, tornando-se a primeira cidadã soviética a ser recebida pelo presidente dos Estados Unidos,

Franklin Roosevelt, que a recebeu na Casa Branca.

No tempo das Borboletas: O

filme retrata o período de ditadura militar (1930-1961) na República Dominicana, onde por 31 anos o povo esteve refém das atrocidades cometidas pelo general Rafael Leónidas Trujillo. Sob o lema "estás conmigo ou contra mim", e com o beneplácito da Igreja, Trujillo mandava matar todos os que se opunham a seu regime. Foi responsável direto pelo assassinato de mais de 30 mil pessoas. Mas a jovem Minerva decide fazer alguma coisa para mudar isso. Inspirada pelo amor que sente pelo líder rebelde Lio e com a ajuda de suas irmãs conhecidas como As Borboletas, Minerva enfrenta a opressão das forças de Trujillo até as últimas consequências.

Cidade do silêncio: Com o Tratado de Livre Comércio empresas do mundo inteiro montaram fábricas no México, na fronteira com os Estados Unidos. Com mão de obra barata e isenção de impostos, estas companhias fabricam produtos a baixo custo, que são vendidos nos Estados Unidos. Nas mais de mil fábricas de Juarez um televisor é fabricado a cada três segundos e um computador a cada sete. As fábricas contratam mulheres, que aceitam salários menores e reclamam menos dos expedientes longos e condições ruins de trabalho. Muitas fábricas operam 24 horas por dia. Muitas mulheres são atacadas a caminho do trabalho ou de casa, tarde da noite ou no início das manhãs. As companhias não garantem a segurança dos funcionários e cinco mil mulheres são mortas em Juarez.



Ato contra a cultura do estupro em Manaus - AM



Ato contra a cultura do estupro em Goiana - GO



Ato contra a cultura do estupro em Teresina - PI



Ato contra a cultura do estupro em Feira de Santana - BA.



Seja militante do Olga! Participe dos núcleos!

AM: (92) 9817-45106
 PA: (91) 9813-03117
 PI: (86) 99519-9643
 CE: (85) 99983-2414
 RN: (84) 99600-8725
 PB: (83) 98875-1853
 PE: (81) 98604-9169
 AL: (82) 99661-8133

BA: (71) 993734921
 SE: (79) 99153-3984
 MG: (31) 99359-9669
 RJ: (21) 96761-2631
 SP: (11) 96751-8566
 GO: (62) 98155-0302
 RS: (51) 98197-0054
 E-mail: movolgabenariobr@gmail.com



**Movimento de
 Mulheres
 Olga Benário**

